

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDAS DIVERSAS (DOD-D) - SERVIÇOS**Atenção: todos os itens são de preenchimento obrigatório**

Data:	13/05/2020
Número do PROAD aberto	9447/2020
Área Demandante:	Coordenadoria de Manutenção e demais unidades do Tribunal
Área Requisitante:	Seção de Conservação e Adequação de Instalações

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- Integrante Demandante:	Maria Aparecida G D Leoncini			
- Integrante Técnico:	Ildivan Domingos Andrade			
- Integrante Administrativo:	Titular:	Edvilton Bergamasco Fontes Galante	Suplente	Douglas Suetsugo Mitsuse

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses	
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular	
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato	
	<input type="checkbox"/>	Outra justificativa:	A contratação atual tem três empresas, sendo que uma delas está com irregularidade fiscal (LOREMI). Contratações vigentes vencem em dezembro de 2020.
Contratação não é urgente			

Data para início dos serviços:	Circunscrições 2, 3, 4, 7 e 8: início após homologação. Demais Circunscrições: 02/12/2020
---------------------------------------	---

Catálogo (CATMAT/CATSER) (Para preenchimento deste item, os integrantes administrativos irão auxiliar)	https://siasgnet-consultas.siasgnet.estaleiro.serpro.gov.br/siasgnet-catalogo/#/siasgnet-catalogo/search
Item: 3417 - Descrição: Desinsetização, desratização e dedetização.	

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)

OBS: caso a descrição for muito longa ou com tabelas, deve ser feita por meio de ANEXO que deverá ser mencionado no item 1.2 (Conforme Anexo X)

1.1 Descrição resumida do Objeto:

Contratação de serviços especializados de desinsetização, desratização, sanitização e eliminação de outras pragas urbanas nas dependências das unidades do TRT 15ª Região.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de profissional responsável.

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação, antecedida de licitação na modalidade Pregão, por preço global, de empresa especializada na prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas e agentes biológicos, tais como insetos, baratas, roedores, escorpiões, aranhas, etc., englobando desinsetização, dedetização, desratização e assemelhados, inclusive de larvas de mosquitos *Aedes aegypti* nos locais onde possa acumular água, com fornecimento de mão de obra e matéria-prima necessárias ao tratamento químico, aplicação semestral, portanto 02 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses; e a contratação, quando houver necessidade em caráter extraordinário da prestação de serviços de sanitização para eliminação de microorganismos como vírus, bactérias, fungos e ácaros, nas dependências de todos os prédios sob responsabilidade deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**1. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 1.1. Serviços preventivos de desinsetização, dedetização, desratização e assemelhados, inclusive de larvas de mosquitos *Aedes aegypti* deverão ser executados com material atóxico e inodoro;
- 1.2. Os produtos utilizados deverão ser de primeira qualidade e a aplicação será realizada através de micro pulverização, termo nebulização e aplicação de gel para formigas, moscas, escorpiões, insetos rasteiros e oferta de iscas para roedores, conforme legislação e normas vigentes;
- 1.3. Somente poderão ser utilizados os produtos desinfetantes devidamente registrados no Ministério da Saúde e o responsável técnico responde pela sua aquisição, utilização e controle;
- 1.4. Todos os procedimentos de preparo de soluções, a técnica de aplicação, a utilização e a manutenção de equipamentos deverão estar descritos e disponíveis na forma de Procedimentos Operacionais Padronizados;
- 1.5. A Contratada deverá pulverizar todos os focos primários (tubulações, caixas de esgotos, gordura, inspeção e passagens, ralos de banheiro e grelhas, dutos de esgoto, elétricos e telefone, forros, nos telhados, nas divisórias e demais dependências) com produtos comprovadamente eficazes e adequados para atuação nesses locais;
- 1.6. A Contratada deverá efetuar, dentro do período da garantia, tantas aplicações corretivas quantas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos e pragas;
- 1.7. A Contratada obriga-se a prestar atendimento às solicitações do Contratante para aplicações extraordinárias no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento da solicitação, nas seguintes situações:
 - a) para aplicações extraordinárias, a fim de eliminar existência de insetos, baratas, ratos, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações;
 - b) corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo de garantia;
- 1.8. As chamadas para o atendimento de que trata a alínea b, do item anterior, não implicará em qualquer ônus adicional ao valor licitado e correrá às expensas da Contratada;
- 1.9. Durante a realização do procedimento, não é aconselhável que pessoas, fora os profissionais que o estejam realizando, permaneçam no local, devido à toxicidade envolvida e o risco das substâncias serem inaladas;
- 1.10. Após a execução dos serviços, todo o perímetro de intervenção deverá estar desprovido de quaisquer resíduos, vasilhames e embalagens, que serão acondicionados em recipientes adequados e corretamente descartados pela Contratada;
- 1.11. Concluída as aplicações, a área deverá ser entregue limpa e desimpedida de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais. Resta esclarecer que essa limpeza não deve ser feita com alvejantes, produtos de limpeza convencionais, detergentes ou semelhantes, uma vez que a utilização deles pode prejudicar o resultado final do processo, se forem aplicados antes de completadas 24 horas dos serviços;
- 1.12. Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010;
- 1.13. A empresa contratada deverá fornecer à Unidade onde houver a aplicação do produto, comprovante de execução do serviço contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) nome do cliente; b) endereço do imóvel; c) praga(s) alvo; d) data de execução dos serviços; e) prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo; f) grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); g) nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); h) orientações pertinentes ao serviço executado; i) nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente; j) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e j) identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.
- 1.14. Estar em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;
- 1.15. Aplicar produtos devidamente aprovados pela ANVISA;
- 1.16. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, nos termos da Norma Regulamentadora NR6 do Ministério do Trabalho e Emprego.

MÉTODOS DE COMBATE:

2.1. DESINSETIZAÇÃO: Sistemas de Spray (líquido); gel.

2.1.1. Metodologia de Aplicação de Desinsetização: Nesta aplicação deverá ser utilizado sistema de cruzamento envolvendo aplicação de "spray", gel, "fog", atomizador ou de outros métodos:

eficientes desenvolvidos após a licitação, os quais deverão ser executados da seguinte maneira:

- a) aplicação utilizando o método "spray": composta de produtos químicos devidamente preparados e apropriados para cada local, devendo ser inodoros, não provocarem manchas, semilíquidos, inócuos à saúde humana. Esta aplicação deverá ser utilizada em todos os espaços e locais das edificações do TRT 15ª Região;
- b) aplicação utilizando o método gel: aplicação específica utilizando equipamentos especiais, os quais irão aplicar o inseticida em todo o mobiliário, equipamentos eletrônicos tais como: computadores, impressoras, telefones, fac-símile. Os produtos deverão ser inodoros, não provocarem manchas, inócuos à saúde humana.

2.2. DESRATIZAÇÃO: Iscas parafinadas e peletizadas e Pó de Contato.

2.2.1. Metodologia de Aplicação de Desratização:

- a) Estas aplicações deverão ser efetuadas em todos os prédios do TRT 15ª Região, em pontos necessários que constituem foco de roedores, não acessíveis ao contato humano;
- b) Deverão ser utilizadas iscas parafinadas e peletizadas de pronto uso e pó de contato para combate aos ratos.
- c) O material a ser utilizado na isca deverá ser eficaz, possuir um poder fulminante, com características de matar os roedores, não permitindo, assim, a circulação de ratos envenenados, bem como não permitir que os ratos, depois de mortos, vão à putrefação, exalando mal cheiro e venham a causar entupimentos nas tubulações.

2.3. SANITIZAÇÃO: serviço de sanitização em ambientes para desinfecção realizada por meio de nebulização a frio, para ambientes internos, utilizando produto químico registrado no ministério da Saúde, à base de quaternário de amônio, de amplo espectro, que elimine e impeça a proliferação de microrganismos como vírus, bactérias, fungos e ácaros de maneira segura e eficaz.

- a) Deverão ser sanitizados todos os ambientes internos supracitados e suas superfícies sejam elas metálicas, madeiras, vidros, entre outras, incluindo mobiliários, paredes, teto, piso, carpetes, tapetes, persianas, objetos, cadeiras, estofados, portas, janelas, maçanetas, cabinas de elevadores, botoeiras, interfones, interruptores, corrimãos e escadas de acesso internas e externas.
- b) O produto deverá ser aplicado com nebulizador produzindo névoa fina, sem produção de umidade excessiva, ou resíduos que possam causar danos à equipamentos ou manchas em superfícies, mobiliários e pisos. Deverá ser de baixa toxicidade aos usuários, ao meio ambiente, sem cheiro excessivamente forte e não corrosivo.

TÉCNICAS DE APLICAÇÃO

3.1. PULVERIZAÇÃO: Utilização de produtos usando bomba de alta pressão, com pulverização em leque, atingindo 360º de amplitude, de forma a penetrar em todas as frestas e esconderijos de insetos;

3.2. VAPORIZAÇÃO: Utilização de equipamentos específicos que alcançam insetos aéreos;

3.3. TERMONEBULIZAÇÃO: Divisão de partículas químicas em subpartículas, para áreas de difícil acesso;

3.4. ISCAGEM: Para controle de roedores, de ação cumulativa, aplicadas em áreas secas;

3.5. GEL: Inseticida à base de hidrametilnona, empregado em locais que inviabilizam a aplicação líquida;

3.6. POLVILHAMENTO: Utilização de produtos em pó usando equipamento apropriado, de forma a penetrar em todas as frestas e esconderijos de insetos.

ÁREAS DE APLICAÇÃO

4.1. Os produtos para combate a insetos e animais nocivos deverão ser aplicados interna e externamente em todos os prédios de Campinas e das unidades do interior, incluindo: a) Áreas de Varas de Trabalho, Gabinetes, Diretorias, Secretarias, Coordenadorias e similares;

- b) Áreas de circulação;
- c) Áreas das copas;
- d) Áreas dos banheiros/sanitários/ralos;
- e) Áreas de depósitos;
- f) Áreas de auditórios/plenários;
- g) Áreas de arquivos;
- h) Áreas de biblioteca;
- i) Áreas das escadas dos prédios;
- j) Áreas dos jardins e árvores de todos os portes;
- k) Demais áreas: estacionamentos, garagens, entre outras.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A Contratada deverá emitir um Formulário de Comprovação dos Serviços Executados, conforme modelo do ANEXO III;

5.2. Por ocasião da emissão da fatura, a Contratada deverá encaminhar ao Fiscal Setorial e Gestor do contrato o formulário supramencionado devidamente assinado pelos respectivos responsáveis pelo acompanhamento dos serviços em cada unidade do TRT e pelo responsável técnico da empresa (preposto). Este Formulário de Comprovação de Serviço será anexado à respectiva Nota Fiscal para pagamento;

5.3. Todo serviço insuficiente/defeituoso poderá ser interrompido e/ou refeito quando solicitado pela Fiscalização, sem ônus para o TRT da 15ª Região;

5.4. Os serviços serão prestados dentro dos parâmetros de qualidade e periodicidade estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos, com emprego de pessoal, equipamentos e material suficientes para assegurar plena eficácia na execução, sob inteira responsabilidade da Contratada, quer civil ou administrativamente, observadas as diretrizes emitidas pela Administração do TRT da 15ª Região;

5.5. Os serviços e a movimentação de materiais deverão ser executados sem prejuízo das atividades normais do TRT 15ª região;

5.6. Os locais onde serão executados os serviços deverão ser mantidos limpos e organizados. Após a conclusão, deverão ser retirados todos os materiais, ferramentas e equipamentos, devendo manter a área livre dos resíduos provenientes dos serviços.

6. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS

6.1. Quaisquer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à plena execução dos serviços serão todos fornecidos pela Contratada, a qual deverá:

- a) Empregar produtos que sejam de boa qualidade, inócuos à saúde humana, que estejam de acordo com a legislação ambiental vigente, não sendo admissível a aplicação de materiais que sejam nocivos à saúde;
- b) Identificar os equipamentos e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares porventura pertencentes ao Tribunal ou a terceiros.

7. DO ACRÉSCIMO DE NOVAS UNIDADES OU MUDANÇA DE ENDEREÇO

7.1. A eventual criação de novas unidades ou mudança de prédio de unidades existentes do TRT deverão ser acomodadas neste contrato, por acréscimo ou supressão contratual, nos termos do art. 65, parágrafo primeiro, da Lei 8.666/1993.

7.1.1. Os acréscimos serão processados mediante prévia apresentação pela Contratada de orçamento para esse fim, que deverá considerar a metragem e as especificidades do novo prédio, devendo consignar, ainda, justificativa detalhada para as seguintes hipóteses:

- a) Para unidades novas, em cidades que ainda não possuem outras unidades do TRT, caso o preço por metro quadrado exceda ao valor médio cobrado por metro quadrado, considerados os preços por metro quadrado de todas as unidades da respectiva circunscrição; e
- b) Para mudança de prédio de unidades já contempladas por esta contratação, caso o valor por metro quadrado seja superior ao valor por metro quadrado praticado para o prédio antigo.

<p>8. PRAZOS E QUANTITATIVOS CONTRATADOS:</p> <p>8.1. Os serviços serão realizados nas dependências dos prédios do TRT 15ª Região, de acordo com cronograma de execução a ser apresentado pela Contratada em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis ao Fiscal Administrativo, após a assinatura do contrato, sendo que a primeira aplicação, será iniciada, no máximo, em 15 (quinze) dias ininterruptos, após a assinatura do contrato. Os serviços deverão ser executados em todas as unidades do lote no prazo máximo de 60 dias corridos, e os serviços serão executados em todos os lotes concomitantemente;</p> <p>8.2. Os serviços extraordinários poderão ser solicitados após a assinatura do contrato, e deverão ser atendidas no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos, conforme segue:</p> <p>a) A aplicação contra ataque de escorpiões a ser executada mediante solicitação do TRT;</p> <p>b) A aplicação visando a eliminação de insetos, baratas, ratos, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações;</p> <p>(c) Em situações de ataques maciços de pragas e insetos;</p> <p>8.3. Os serviços extraordinários consideradas emergenciais a critério do TRT, poderão ser solicitados após a assinatura do contrato, e deverão ser atendidas no prazo máximo de 6 (seis) horas, contadas da abertura de chamado pela respectiva Unidade do Tribunal, conforme segue:</p> <p>a) Em situações de ataques maciços de pragas e insetos;</p> <p>b) Na necessidade de sanitização.</p> <p>9. SUBCONTRATAÇÃO</p> <p>9.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto;</p> <p>9.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;</p> <p>10. CONSIDERAÇÕES GERAIS</p> <p>10.1 Materiais/equipamentos e produtos a serem utilizados são de responsabilidade da Contratada para o desempenho dos serviços;</p> <p>10.2 A prestação de serviços de que trata este Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme § 1º do art. 6º da IN nº 02/2008;</p> <p>10.3 No curso do contrato poderá ser admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.</p> <p>10.4 Fazem parte e integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os Anexos de I a V.</p>
--

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado (p. ex., 12 meses, 30 meses), e se poderá ser prorrogado OU prazo de execução do serviço.
30 meses, prorrogável por igual e sucessivo período.
Outro

1.4 Local e horário da prestação dos serviços
Locais de Prestação dos Serviços: Conforme Anexo I. Se necessário, contatar a Seção de Conservação Adequação Instalações da Coordenadoria de Manutenção, pelo email instalacoes.manutencao@trt15.jus.br ou telefone (19) 3231-9500, ramais 2505/2508, das 12 h às 18 h - O contato com os diretores responsáveis pelas Unidades deverá ser feito por email ou telefone disponível no site no Tribunal: https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas

2. ANÁLISE de VIABILIDADE	
2.1 Análise e comparação entre soluções/contratações identificadas:	
Não foram encontradas outras soluções viáveis, que pudessem atender às necessidades do TRT	
Justificativa	<p>Os serviços de dedetização justificam-se em função da necessidade do combate a vários tipos de insetos e animais nocivos à saúde encontrados nos prédios que compõem a Justiça do Trabalho do TRT 15ª Região, tais como, ratos, formigas, mosquitos, baratas, percevejos e outros que podem causar doenças graves às pessoas que ali desenvolvem suas atividades laborais ou são assistidas pelos serviços judiciários.</p> <p>Existem meses do ano em que as localidades enfrentam um intenso período chuvoso o qual proporciona o aumento da proliferação de insetos e animais transmissores de doenças perigosas que podem levar à morte ou infligir sequelas, tais como: dengue, zika, chikungunya, hantavirose, leptospirose, chagas e outras.</p> <p>A presente contratação tem por objetivo combater vetores e pragas urbanas, tais como roedores, baratas, moscas, traças, pulgas, escorpiões, formigas, larvas de mosquitos etc. nas áreas internas e externas, utilizando métodos eficazes, de acordo com as normas regulamentares de regência.</p> <p>A demanda do TRT 15ª Região por esses serviços ocorre em razão de o Tribunal não possuir, em seu quadro funcional, recursos humanos e materiais adequados para executá-los. Some-se a isso o fato de o poder público, através da ANVISA, FUNASA, e VIGILÂNCIA SANITÁRIA locais, não prestar mais os referidos serviços.</p> <p>Cabe ressaltar que tais serviços são considerados imprescindíveis à Administração para o bom desempenho de suas atribuições. A não contratação da prestação desses serviços irá comprometer as atividades deste Tribunal, trazendo riscos à saúde de Magistrados, Servidores, Terceirizados e Jurisdicionados, podendo acarretar sérios danos ao patrimônio público.</p> <p>A sanitização de ambiente é realizada para torná-lo mais saudável para os usuários, deixando-o livre de fungos, bactérias, ácaros, vírus, eliminando e impedindo a proliferação de micro-organismos causadores de doenças respiratórias, através da aplicação de produto específico, seguro e eficaz. O processo de sanitização elimina e impede a proliferação de bactérias gram-positivas, gram-negativas, aeróbica, anaeróbicas, leveduras, esporos, ácaros, vírus, além de fungos responsáveis por uma série de patologias. E está sendo utilizada como estratégia de prevenção e combate ao coronavírus.</p>

2.2 Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)	
Solução escolhida	Contratação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas e agentes biológicos, tais como insetos, baratas, roedores, escorpiões, aranhas, etc., englobando desinsetização, dedetização, desratização e assemelhados, inclusive de larvas de mosquitos Aedes aegypti nos locais onde possa acumular água, com fornecimento de mão de obra e matéria-prima necessárias ao tratamento químico, aplicação semestral, portanto 02 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses, nas dependências de todos os prédios sob responsabilidade deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
Justificativa	<p>Os serviços de dedetização justificam-se em função da necessidade do combate a vários tipos de insetos e animais nocivos à saúde encontrados nos prédios que compõem a Justiça do Trabalho do TRT 15ª Região, tais como, ratos, formigas, mosquitos, baratas, percevejos e outros que podem causar doenças graves às pessoas que ali desenvolvem suas atividades laborais ou são assistidas pelos serviços judiciários.</p> <p>Existem meses do ano em que as localidades enfrentam um intenso período chuvoso o qual proporciona o aumento da proliferação de insetos e animais transmissores de doenças perigosas que podem levar à morte ou infligir sequelas, tais como: dengue, zika, chikungunya, hantavirose, leptospirose, chagas e outras.</p> <p>A presente contratação tem por objetivo combater vetores e pragas urbanas, tais como roedores, baratas, moscas, traças, pulgas, escorpiões, formigas, larvas de mosquitos etc. nas áreas internas e externas, utilizando métodos eficazes, de acordo com as normas regulamentares de regência.</p> <p>A demanda do TRT 15ª Região por esses serviços ocorre em razão de o Tribunal não possuir, em seu quadro funcional, recursos humanos e materiais adequados para executá-los. Some-se a isso o fato de o poder público, através da ANVISA, FUNASA, e VIGILÂNCIA SANITÁRIA locais, não prestar mais os referidos serviços.</p> <p>Cabe ressaltar que tais serviços são considerados imprescindíveis à Administração para o bom desempenho de suas atribuições. A não contratação da prestação desses serviços irá comprometer as atividades deste Tribunal, trazendo riscos à saúde de Magistrados, Servidores, Terceirizados e Jurisdicionados, podendo acarretar sérios danos ao patrimônio público.</p> <p>A sanitização de ambiente é realizada para torná-lo mais saudável para os usuários, deixando-o livre de fungos, bactérias, ácaros, vírus, eliminando e impedindo a proliferação de micro-organismos causadores de doenças respiratórias, através da aplicação de produto específico, seguro e eficaz. O processo de sanitização elimina e impede a proliferação de bactérias gram-positivas, gram-negativas, aeróbica, anaeróbicas, leveduras, esporos, ácaros, vírus, além de fungos responsáveis por uma série de patologias. E está sendo utilizada como estratégia de prevenção e combate ao coronavírus.</p>
Valor estimado	R\$ 244.839,51 (SEMENTRAL) e R\$ 503.348,34 (EXTRAORDINÁRIAS) conforme planilha estimativa.
Outros	.

2.2.1 Alinhamento Estratégico	https://trt15.jus.br/sites/portal/files/roles/institucional/gestao-estrategica/Plano%20site%20revisado%20menor.pdf	Selecione abaixo:
Adequar constantemente as instalações físicas		

2.2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)	
<input checked="" type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal
<input type="checkbox"/>	Outro benefício:

2.2.3 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado
As dedetizações serão aplicadas 2 vezes por ano, ou seja periodicidade semestral, nas Unidades deste Tribunal, divididas em 08 circunscrições listadas no ANEXO I. Também poderão ocorrer aplicações extraordinárias quando houver uma solicitação urgente, conforme explicado no subitem 1.2 deste DOD

2.2.4 Necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para viabilizar execução do serviço	
<input checked="" type="checkbox"/>	Não há adequação a ser feita
<input type="checkbox"/>	Alteração de layout
<input type="checkbox"/>	Instalação elétrica
<input type="checkbox"/>	Instalação lógica
<input type="checkbox"/>	Instalação de divisória
<input type="checkbox"/>	Outra adequação:

2.2.5. Há algum impacto ambiental na contratação deste serviço
Não se vislumbra impacto ambiental significativo na execução desses serviços.

3. SUSTENTAÇÃO do CONTRATO	
3.1 Selecione as opções abaixo para análise quanto à existência ou não de contrato:	
<input type="checkbox"/>	Entrega integral ACIMA de 30 dias
<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigação futura, como, por exemplo, assistência técnica (EXCETO garantia do serviço ou fornecimento) ou por ser praxe de mercado a existência de contrato.
Tem contrato	
TEM CONTRATO, preencha os itens abaixo:	

3.2 Recursos materiais e humanos necessários à continuidade do objeto contratado
Não se aplica

3.3 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual	
<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação
<input checked="" type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas
<input type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível
Outra opção:	

3.4 Ações de transição contratual e de encerramento contratual	
Conciliação do final da vigência de contratos com mesmo objeto.	
É necessário sobreposição contratual?	
Não se aplica	
3.4.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação	
Não se aplica	
3.4.2. Devolução de recursos materiais	
Não se aplica	

4. ESTRATÉGIA para a CONTRATAÇÃO	
4.1 Natureza do objeto	Serviço continuado

4.2 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)			
<input checked="" type="checkbox"/>	Divisão em grupos para maior competitividade, economicidade		
<input type="checkbox"/>	Grupo com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

4.3 Classificação do bem comum ou não: É possível especificar o serviço/objeto usando parâmetros usuais de mercado?	
Sim	
Justificativa:	Bem comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

4.4 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas	
Pregão eletrônico	
4.4.1 Forma de julgamento:	
Menor preço	
4.4.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)	
Por grupo, critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço	

4.5 Classificação orçamentária com indicação da fonte de recurso			
A ser oportunamente preenchida pela Secretaria de Orçamento e Finanças.			

4.6 Equipe de Gestão da Contratação com indicação dos integrantes			
Gestor do Contrato:	Os gestores do contrato serão: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almoxarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almoxarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;		
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Os demandantes do contrato são: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almoxarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almoxarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;		
Fiscal Técnico do Contrato:	Ildevan Domingues Andrade		
Fiscal Administrativo	André Luis Tomadão (titular) e Carlos Rodrigues da Silva (suplente)		

5. PREVISÃO DE CUSTOS OU PREÇOS REFERENCIAIS			
R\$ 244.839,51 (SEMENTRAL) e R\$ 503.348,34 (EXTRAORDINÁRIAS) conforme planilha estimativa.			

6. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)			
É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?			
Não			
Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.			
6.1 Fundamentação para a opção por SRP:			
Não se aplica			
6.2 Histórico de consumo:			
Não se aplica			
6.3 Estimativa de consumo:			
Não se aplica			
6.4 Quantidade para Consumo Imediato:			
Não se aplica			
6.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:			
Não se aplica			
6.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:			
Não se aplica			
6.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?			
Não se aplica			

7. SUSTENTABILIDADE			
Há critérios de sustentabilidade a serem observado?			
Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:			
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:			
grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
Todos os grupos	Todos os itens	Diretrizes	Para a prestação dos serviços, objeto do presente Termo de Referência, a Contratada deverá obedecer às diretrizes discriminadas no Guia Prático de inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações da Justiça do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho: a) Preferência por produtos de baixo impacto ambiental; b) Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; c) Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei 12.305/2010); d) Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos.
Todos os grupos	Todos os itens	5.2.7. Serviços de Controle de Vetores e Pragas Urbanas	Para os Serviços de Controle de Vetores e Pragas Urbanas, tais como desinsetização, desratização, descupinização, a contratada também deve: a) Estar em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos; b) Aplicar produtos devidamente aprovados pela ANVISA; c) Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010; d) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, nos termos da Norma Regulamentadora NR 6 do MTE.

		5.3.7. Nas Condições de Trabalho	Em relação às condições de trabalho da mão de obra devem ser exigidos das empresas contratadas: a) Atendimento às normas regulamentadoras expedidas pelo MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho; b) Adesão, por meio de cláusula contratual, ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - Programa Trabalho Seguro, instituído no âmbito da Justiça do Trabalho, voltado à promoção da saúde do trabalhador, à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), nos termos da Resolução nº 96, de 23 de março de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; c) Adesão, por meio de cláusula contratual, ao "Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho", firmado entre o Governo Federal e as entidades patronais e representativas dos trabalhadores no dia 1º de março de 2012, visando à aplicação e efetividade das Diretrizes nele estabelecidas; d) Emprego de egressos do sistema prisional e/ou cumpridores de medidas ou penas alternativas em percentual não inferior a 2%, segundo o que preconizam as Resoluções CNJ 114, de 20 de abril de 2010 e CSJT 70, de 24 de setembro de 2010; e) Capacitação de todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de duas horas mensais, com ênfase na prevenção de acidentes, conforme a Resolução CNJ 98/2012.
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:		Não se aplica	
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 2ª edição do CSJT: www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=750deba9-30cc-4ead-a04c-6fcf316c9e8e&groupId=955023			

8. ARQUIVOS
Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?
Não se aplica
Indicar anexo ou local em que pode ser baixado
No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:

9. VISTORIA / VISITA TÉCNICA
Há previsão de vistoria/visita técnica?
A vistoria aos locais onde serão executados os serviços será facultativa;
Se sim. Justificar:
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)
9.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário): Se houver interesse na vistoria, as mesmas deverão agendar previamente junto à Coordenadoria de Manutenção, pelo email instalacoes.manutencao@trt15.jus.br , ou telefone (19) 3231-9500 Ramal 2505/2508, mas caso não queiram realizar a vistoria, ainda que não apresente o termo de dispensa expressa, não poderá alegar desconhecimento das condições, quantidades e especificações pertinentes a cada item. Os modelos dos Termos de Vistoria ou de Declaração de Dispensa de Vistoria constam dos ANEXO II;

10. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)	
A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.	
<input checked="" type="checkbox"/> Operacional:	Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante executados serviços compatíveis e pertinente ao objeto desta licitação, ou seja, prestação de serviços de dedetização, em imóvel com área mínima de 500m²
<input checked="" type="checkbox"/> Registro da empresa no respectivo conselho profissional:	a) Prova de registro ou inscrição da empresa no Conselho Profissional do seu responsável técnico (§ 2º do art. 8º da Resolução RDC ANVISA n. 52/2009). b) Apresentar Termo de Licença/Alvará da autoridade sanitária e ambiental competente, conforme art. 5º da RDC nº 52 de 22/10/2009;
<input checked="" type="checkbox"/> Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).	Comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou de nível médio profissionalizante, devidamente reconhecido pelo conselho profissional competente (artigos 4º e 8º, da Resolução RDC ANVISA nº 52/2019), detentor de atestado de responsabilidade técnica relativo à execução dos serviços semelhantes à este objeto, qual seja: prestação de serviços de dedetização.
<input checked="" type="checkbox"/>	A comprovação de que os responsáveis técnicos referidos no item anterior pertencem ao quadro permanente da licitante, na data prevista para a entrega da proposta, dar-se-á por qualquer dos requisitos a seguir: a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; b) Sócio: Contrato Social/Estatuto Social devidamente registrado em órgão competente; c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; d) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.
Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.	Obs.: No decorrer da execução dos serviços, os responsáveis técnicos só poderão ser substituídos, desde que aprovados pelo TRT, por profissionais de igual ou superior capacidade técnica, devidamente comprovado nos termos do edital, nos termos do artigo 30, § 10, da Lei nº 8.666/93.

11. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?
Sim
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANT T etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):
- RDC Nº 52, de 22 de outubro de 2009 da ANVISA. - Norma Regulamentadora nº 35/2012 do Ministério do Trabalho - estabelece regras para o trabalho em altura. - Lei Estadual nº 10.083, de 02 de setembro de 1998, que dispõe sobre o Código Sanitário do Estado de SP. - Lei nº. 12.305/2010 (Política Nacional de resíduos Sólidos). - Resolução nº 34, 16 de agosto de 2010, da ANVISA, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para produtos saneantes desinfestantes. - Portaria CVS nº 09, de 16 de novembro de 2000, que aprova Norma Técnica para Empresas Prestadoras de Serviço de Controle de Vetores e Pragas Urbanas. - RDC Nº 18/MS/ANVS, de 29 de fevereiro de 2000, que dispõe sobre Normas Gerais para funcionamento de Empresas Especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

12. GARANTIA	
12.1 Garantia do objeto	
Especificar o objeto, grupo a qual se refere e as especificações:	
Todos os serviços prestados pela CONTRATADA, terão garantia de 90 (noventa) dias por cada etapa de aplicação, contados a partir do atesto da nota fiscal/fatura pelo fiscal do contrato.	
A CONTRATADA garantirá a qualidade dos serviços prestados, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do instrumento contratual e se responsabilizará pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do Art. 70 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores, sendo responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.	
Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.	
12.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)	
A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:	
1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;	
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e	
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.	
3%	
Justificativa	Garantida para cumprimento das obrigações contratuais.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA	
As obrigações a serem explicitadas devem ser em relação ao objeto da contratação , como, por exemplo:	
<ul style="list-style-type: none"> - Para execução dos serviços, a empresa deverá fornecer todos materiais e equipamentos necessários a seus funcionários - Os funcionários deverão estar uniformizados e identificados por meio de crachá - A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de início dos serviços - A empresa deverá fornecer nomes e dados documentais dos funcionários que executarão os serviços - Ao final dos serviços, a empresa deverá fornecer relatório especificando serviços prestados com identificação do responsável e prazo de garantia - Caso se verifique algum defeito ou falha no serviço prestado a empresa deverá providenciar o devido saneamento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação da contratante. 	
Especificações:	
13.1. Obrigações da Contratante (TRT)	
1. Gerenciar o Contrato; 2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas; 3. Cumprir fielmente o Contrato; 4. Permitir o acesso dos empregados da empresa Contratada a fim de que possa executar suas tarefas, na forma estabelecida pelo Contratante; 5. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela Contratada, desde que pertinentes ao objeto; 6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados que estejam em desacordo com as especificações técnicas anteriormente apresentadas; 7. Efetuar o pagamento após a apresentação da fatura/NF pela Contratada nas condições estipuladas no contrato; 8. Exercer a fiscalização dos serviços, por meio de servidores especialmente designados, e documentar as ocorrências havidas; 9. Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitados pela Contratada, desde que atendidas às obrigações contratuais; 10. Agendar reunião com a Contratada, quando necessário; 11. Rejeitar os serviços que estiverem em desacordo com as especificações previstas no Termo de Referência e seus Anexos e notificar a CONTRATADA.	
13.2. Obrigações da Contratada	
1. Executar o objeto contratado dentro dos padrões de saúde, por intermédio de pessoas devidamente qualificadas, sendo que todos os produtos e materiais necessários à execução dos serviços ficarão sob a guarda e responsabilidade da empresa; 2. Designar, na data da assinatura do contrato, Preposto, qual seja um profissional (nome e telefone), inscrito no conselho respectivo, de acordo com a Portaria nº 09 de novembro de 2000 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar no tocante à atuação dos trabalhadores (art. 68 da Lei 8.666/93). Tal profissional reporta-se-á ao fiscal administrativo do contrato; 2.1 O Responsável Técnico da Contratada deverá apresentar declaração de responsabilidade, conforme ANEXO V; 3. O Preposto deverá prestar os devidos esclarecimentos e atender todas as demandas relacionadas ao objeto que porventura surgirem durante a execução do serviço; 4. A Contratada deverá agendar, junto ao fiscal da Unidade do Tribunal, o dia e a hora do início da prestação dos serviços, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, salvo serviços extraordinários e de emergência; 5. Fornecer número de telefone e endereço eletrônico para contato do Preposto, a fim de atender às solicitações do Contratante; 6. A empresa Contratada deverá dar garantia dos serviços prestados, utilizar produtos com registro no Ministério da Saúde e atender as exigências e normas, inclusive de segurança e ambientais, quando instituídas pelas Agências e Órgãos Oficiais reguladores e/ou fiscalizadores; 7. A Contratada assumirá total responsabilidade por todos os danos eventualmente causados a pessoas e ao patrimônio do TRT 15ª Região, prédios de Campinas e demais unidades do Interior do estado, decorrentes da execução dos serviços, promovendo o ressarcimento dos danos decorrentes da execução dos serviços; 8. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com ele, ainda que ocorrido nas dependências do Contratante; 9. A Contratada assumirá total responsabilidade pela execução e cumprimento dos prazos e garantias dos serviços; 10. A Contratada deverá realizar os serviços aos sábados preferencialmente, domingos e feriados, na data, hora e local estipulados pelo Contratante; 11. A solicitação dos serviços vinculados ao contrato dar-se-á preferencialmente por escrito, podendo a Contratada ser acionada por telefone em casos extraordinários; 12. Os funcionários da Contratada apresentar-se-ão ao local da execução devidamente uniformizados e deverão utilizar todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados à cada serviço a ser executado, salientando que os mesmos deverão atender à todos os protocolos de segurança individuais frente à pandemia de Covid-19 publicadas pelo Tribunal e seus Órgãos superiores; pelos Órgãos de Controle de Saúde; em decretos Municipais, Estaduais ou Federais; ou outros que vierem a ser publicados. A Contratada será responsável pelo fornecimento aos seus prestadores de serviço de todos os EPIs, exigindo e fiscalizando sua utilização durante a execução dos serviços; 13. Os serviços serão executados de acordo com as instruções administrativas determinadas pelo Contratante através da Unidade responsável pela fiscalização dos serviços contratados; 14. A Contratada deverá utilizar profissionais em número adequado para execução dos serviços propostos;	

15. A Contratada deverá utilizar equipamentos em número suficiente para a aplicação dos produtos sem interrupção, bem como munir-se de equipamentos reservas para possíveis substituições em caso de defeito;
16. A Contratada não poderá submeter seus funcionários e terceiros à exposição direta aos produtos aplicados;
17. Em havendo cisão, incorporação, fusão ou mudança da razão social da empresa Contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, pelo Contratante, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação de riscos de insucesso na execução do objeto contratado;
18. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante;
19. Assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, devendo garantir a qualidade dos materiais e mão-de-obra empregados na execução dos mesmos;
20. Apresentar, até 05 (cinco) dias úteis antes de iniciar efetivamente os serviços CRONOGRAMA FÍSICO das tarefas que realizará ao longo dos mesmos, consoante este Termo de Referência, para aprovação do fiscal administrativo do contrato, informando: os locais que serão atendidos, a data e o prazo da execução dos serviços;
21. Efetuar, de imediato, o afastamento de qualquer funcionário das dependências do TRT 15ª Região, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços;
22. O Contratante se reserva o direito de solicitar, apresentando a devida justificativa, a substituição de qualquer funcionário da Contratada que esteja executando serviços objeto deste contrato, obrigando-se a Contratada a providenciar, imediatamente, substituto para o pessoal rejeitado, de maneira que os serviços não sofram interrupção ou atraso;
23. Obedecer às Normas de segurança e medicina do trabalho para este tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, conforme disposto no subitem 12 acima;
24. A empresa deverá ser responsável por qualquer dano causado ao imóvel durante a execução dos serviços;
25. Comunicar, por escrito, imediatamente, ao fiscal do contrato, a impossibilidade de qualquer obrigação contratual, para adoção de providências cabíveis;
26. Locais, datas e horários de início e conclusão das tarefas, atestando o cumprimento dos prazos previstos no Cronograma Físico, mediante a apresentação do formulário do ANEXO IV;
27. Apresentar Formulário de Comprovação de Serviços Executados, conforme Anexo III, juntamente com a nota fiscal ao Gestor do Contrato, devidamente preenchido e assinado pelos responsáveis;
28. A empresa contratada deverá fornecer à Unidade onde houver a aplicação do produto, comprovante de execução do serviço contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) nome do cliente; b) endereço do imóvel; c) praga(s) alvo; d) data de execução dos serviços; e) prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo; f) grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); g) nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); h) orientações pertinentes ao serviço executado; i) nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente; j) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e j) identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.
29. Comprovar não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004, na forma da Resolução CSJT nº 103/2012;
30. Comprovar não ter sido condenada, a Contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105, na forma da Resolução CSJT nº 103/2012;
31. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos equipamentos, materiais e pessoal assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação, respondendo por quaisquer danos causados até a entrega final dos serviços;
32. Providenciar todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com impostos, taxas, fretes, estiva, contribuições sociais e demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação assumida;
33. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência e seus Anexos, sem prévia anuência do Contratante;
34. A responsabilidade do contrato permanecerá sendo da Contratada ainda que haja transferência do objeto de que trata o subitem anterior.
35. Cabe à Contratada o controle efetivo e restrito de incidências de roedores, insetos e principais pragas urbanas como formigas e escorpiões, mantendo-os em patamares mínimos, aumentando a frequência de aplicação quando e onde se fizer necessário.
36. A Contratada deverá designar responsável a ser contratado para atender às necessidades exigidas no controle de incidências, não sendo obrigatória a sua permanência em período integral nas dependências do Tribunal ou de suas unidades.

14. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

Gestor do Contrato:	Os gestores do contrato serão: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almoxarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almoxarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Os demandantes do contrato são: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almoxarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almoxarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;

14.1.1 DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- A execução das atividades de acompanhamento e fiscalização será acompanhada por representante do CONTRATANTE, especialmente designado para esse fim, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.
 - Os gestores do contrato serão: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almoxarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almoxarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;
- A atuação fiscalizadora dos gestores não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao TRT ou a terceiros resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
- Serão asseguradas ao representante do CONTRATANTE as prerrogativas de:
 - fiscalizar a execução dos serviços de que modo que sejam cumpridas integralmente as condições consignadas no Edital;
 - comunicar eventuais falhas ocorridas na execução dos serviços e determinar o que for necessário à regularização de faltas, defeitos ou vícios verificados;
 - aprovar ou recusar os serviços executados;
 - atestar, após a verificação da conformidade, a Nota Fiscal/fatura apresentada pela CONTRATADA.
- A fiscalização exercida pela Administração não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da empresa, que vencer o certame, em fiscalizar os serviços executados;
- A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar a qualidade da prestação dos serviços, utilizando o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no DOD, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
 - não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- Durante a execução do objeto o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- O fiscal técnico deverá indicar eventuais irregularidades da execução do objeto no Formulário de Execução dos Serviços (ANEXO III).
- O preposto ou responsável pela aplicação deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- A contratada deverá apresentar justificativa em 48 horas, a partir da ciência da avaliação, para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber

1. Os serviços serão realizados nas dependências dos prédios do TRT 15ª Região, de acordo com cronograma de execução a ser apresentado pela Contratada em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis (**A CONTAR DA SOLICITAÇÃO PELO GESTOR**) ao Fiscal Administrativo, após a assinatura do contrato, sendo que a primeira aplicação, será iniciada, no máximo, em 15 (quinze) dias ininterruptos, após a assinatura do contrato. Os serviços deverão ser executados em todas as unidades do lote no prazo máximo de 60 dias corridos, e os serviços serão executados em todos os lotes concomitantemente;

2. Os serviços deverão ser executados preferencialmente aos sábados, previamente combinado com o servidor responsável da unidade, e definido conforme a complexidade de cada área, sob a supervisão deste servidor.

3. A Contratada obriga-se a prestar atendimento às solicitações do Contratante para aplicações extraordinárias no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento da solicitação, a fim de eliminar existência de insetos, baratas, ratos, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações, bem como corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo de garantia;

4. A aplicação de veneno contra ataque de escorpiões deverá ocorrer apenas em caráter extraordinário, mediante solicitação do TRT, a ser atendida no prazo máximo de 2 (dois) dias corrido;

5. Em situações de ataques maciços de pragas e insetos ou havendo necessidade de sanitização, consideradas emergenciais a critério do TRT, será solicitada a intervenção da CONTRATADA, que deverá ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) horas, contadas da abertura do chamado pela respectiva Unidade do TRT.

14.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços

1. A Contratada deverá agendar, junto ao fiscal da Unidade do Tribunal, o dia e a hora do início da prestação dos serviços, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, salvo serviços extraordinários e de emergência;
2. Fornecer número de telefone e endereço eletrônico para contato do Preposto, a fim de atender às solicitações do Contratante;

14.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

1. Será acompanhada pelos gestores do contrato, que serão: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almoarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almoarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;
2. A atuação fiscalizadora dos gestores não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao TRT ou a terceiros resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

14.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Gestores
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input checked="" type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	Gestores
<input type="checkbox"/>	Outra		

14.6 Forma de recebimento provisório e definitivo

1. Os serviços executados em conformidade com os termos deste contrato serão recebidos definitivamente pelo gestor, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei no 8.666/1993, em até 3 (três) dias úteis após o protocolo da respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, no Setor responsável da Unidade Trabalhista onde serão prestados os serviços.
 - 1.1. Para os fins do disposto no caput desta cláusula, o recebimento definitivo dos serviços mensais objeto deste contrato consistirá na atestação da respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, pelo gestor.
 - 1.2. Serão rejeitados, total ou parcialmente, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.
 - 1.3. Se houver erro nas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, ou a ocorrência do disposto no parágrafo anterior, ou a ausência do relatório completo conforme previsto no item "3" da cláusula quarta, ou ainda qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento suspenso, não podendo a CONTRATADA interromper a execução do contrato até o saneamento das irregularidades. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da CONTRATADA, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.
2. Critérios de aceitação dos serviços:
 - 2.1. O aceite se dará pelo servidor responsável da Unidade ou servidor substituto do mesmo onde está sendo executado o serviço, conforme item a seguir, o qual verificará se a execução do serviço foi feita conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos;
 - 2.2. Os gestores do contrato serão: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almoarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almoarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;
 - 2.3. Caso detecte alguma desconformidade o servidor responsável pelo aceite, responsável pelo atesto da Nota Fiscal, o qual acionará a Contratada para prestar o atendimento às solicitações do Contratante no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da solicitação.

14.7 Forma de pagamento

1. Os pagamentos serão efetuados pelo TRT por meio de ordem bancária, para crédito dos valores na conta corrente indicada pela CONTRATADA, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barra. A ordem bancária de pagamento será emitida no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da entrega da nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, relativa aos serviços concluídos, ao gestor do contrato na Unidade do TRT onde foram prestados os serviços, ficando condicionados os pagamentos ao recebimento definitivo dos serviços e ao disposto nesta cláusula;
2. Na data da emissão da autorização para pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade, ressalvadas as situações em que, comprovadamente, a indisponibilidade dos documentos seja decorrente de caso fortuito ou de força maior. Neste caso, tão logo cessem as situações de caso fortuito ou força maior, serão analisados os documentos da CONTRATADA e, se verificada irregularidade, o contrato poderá ser rescindido por culpa da CONTRATADA, a critério do TRT, nos termos da cláusula dezeis, com a aplicação das penalidades cabíveis.
3. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.
4. Nenhum pagamento será feito enquanto houver pendência no cumprimento de qualquer obrigação decorrente da contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência;
5. O pagamento da fatura somente será efetuado se a Contratada comprovar a regularidade fiscal com as contribuições previdenciárias (INSS), Tributos e Contribuições Federais, Dívida Ativa da União, FGTS (CRF) e CNDT – Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

14.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento

1. O Instrumento de Medição de Resultados (nomenclatura da IN 05/2017 do MPDG para o Acordo de Nível de Serviço) é baseado em um Fator de Qualidade (%), que consiste em um indicador percentual obtido como resultado de avaliações periódicas executadas por servidor indicado como Fiscal do Contrato e busca incluir critério para medir a performance para os serviços contratados;

2. A meta a ser atingida pelas empresas é de 100%, isto é, espera-se que a empresa obtenha o Fator de Qualidade = 100% para que receba integralmente a remuneração pelos serviços contratados;

3. A Faixa de Ajuste no Pagamento Mensal indicada como Fator de Qualidade-FQ será obtida por meio da nota obtida na avaliação mensal efetuada pelo servidor responsável e será aplicada conforme segue:

VF = VS x FQ
VF: Valor de Fatura (parte referente apenas ao serviço de Limpeza);
VS: Valor do Serviço (referente ao valor contratado para o serviço);
FQ: Fator de Qualidade (%) = Faixas de Ajuste no pagamento mensal

4. Para aferição da qualidade da execução do objeto contratado, as partes convencionam o seguinte IMR – Instrumento de Medição de Resultados:
Pontualidade no cumprimento dos prazos no atendimento dos serviços de controle de pragas urbanas, compreendendo: agendamento prévio e a data da execução dos serviços na respectiva Unidade onde os serviços foram executados.

5. Anexo à nota fiscal referente à execução do serviço deverá ser encaminhada a planilha referente ao IMR, conforme Anexo VI.

Indicador 1		Pontualidade no cumprimento dos prazos para aplicações semestrais
Finalidade	Garantir a realização tempestiva dos serviços contratados conforme Termo de Referência e Edital	
Meta a cumprir	Executar os serviços contratados dentro dos prazos estipulados no cronograma a ser aprovado junto à Fiscalização Administrativa	
Instrumento de Medição	Registro de cada ocorrência em planilha própria	
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento da execução do contrato pelo fiscal/gestor	
Periodicidade	Semestral	
Mecanismo de cálculo	nº de dias de atraso	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	- 0 (zero) dias de atraso = 100% (cem por cento); - até 02 (dois) dias de atraso = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento); - de 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso = 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento); - de 6 (seis) a 8 (oito) dias de atraso = 99,00% (noventa e nove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento);	
Sanções	Acima de 8 (oito) dias de atraso, conforme cláusula contratual de sanções.	
Indicador 2		Pontualidade de atendimento de Aplicações Extraordinárias e Extraordinárias Emergenciais
Finalidade	Garantir atendimento aos chamados para aplicação extraordinária e para aplicação extraordinária emergencial	
Meta a cumprir	1. Atendimento em até 2 (dois) dias corridos, contados a partir do chamado, para aplicações extraordinárias emergenciais: a) A aplicação contra ataque de escorpiões a ser executada mediante solicitação do TRT; b) A aplicação visando a eliminação de insetos, baratas, ratos, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações; c) na correção de falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo de garantia; 2. Atendimento em até 6 (seis) horas corridas para aplicações extraordinárias emergenciais, contados a partir do chamado. a) Em situações de ataques maciços de pragas e insetos; b) Na necessidade de sanitização.	
Instrumento de Medição	Registro de cada ocorrência em planilha própria, por dia de atraso para o item 1; e por hora de atraso para o item 2	
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento da execução do contrato pelo fiscal/gestor	
Periodicidade	Por solicitação de aplicação extraordinária	
Mecanismo de cálculo	1. Para aplicações extraordinárias: nº de dias em atraso; 2. Para aplicações extraordinárias emergenciais: serão contados e somados os minutos inteiros que excederem o prazo de 30 minutos, para cada chamado de emergência extraordinária ocorridos no mês.	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	1. Para aplicações extraordinárias: - 0 (zero) dias de atraso = 100% (cem por cento); - até 02 (dois) dias de atraso = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento); - de 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso = 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento); - de 6 (seis) a 8 (oito) dias de atraso = 99,00% (noventa e nove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento); 2. Para aplicações extraordinárias emergenciais: - 0 (zero) hora = 100% (cem por cento); - até 6 (seis) horas = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco décimos por cento); - de 6 (seis) a 12 (doze) horas = 99,50% (noventa e nove inteiros e cinquenta décimos por cento); - de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) horas = 99,00% (noventa e nove inteiros por cento).	
Sanções	1) Para aplicações extraordinárias: acima de 8 (oito) dias de atraso, conforme cláusula contratual de sanções; 2) Para aplicações extraordinárias emergenciais: acima de 24 (vinte e quatro) horas de atraso, conforme cláusula de sanções.	
Indicador 3		Disponibilização de Informações sobre o Serviço Prestado para a Unidade do TRT 15ª Região
Finalidade	Nos locais onde houver a aplicação do produto deverão ser afixadas informações sobre a data de colocação do produto, o produto utilizado, toxicologia, data de validade do lote, telefone do centro de informação toxicológica e dados da empresa: nome, endereço, telefone, CNPJ.	
Meta a cumprir	Disponibilizar formulário contendo informações detalhadas sobre o serviço prestado.	
Instrumento de Medição	Registro de cada ocorrência em planilha própria, por aplicação	
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento da execução do contrato pelo fiscal/gestor	
Periodicidade	Por cada aplicação realizada.	
Mecanismo de cálculo	Por cumprimento da obrigação, apresentando formulário para o diretor da Unidade.	

Faixas de Ajuste no pagamento mensal	- Formulário apresentado = 100% (cem por cento); - após cobrança expressa do gestor e no prazo máximo de 5 dias corridos = 99,00% (noventa e nove por cento); - de 6 (seis) dias até 10 (dez) dias corridos = 98,00 % (noventa e oito por cento); - acima de 11 (onze) dias corridos = 97,00 %; - formulário não apresentado = 90,00% (noventa por cento);
Sanções	Conforme cláusula de sanções, aplicadas além da Faixa de Ajuste no Pagamento.

14.9 Sanções

1. O atraso injustificado na execução contratual implicará multa correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso; 0,3% (três décimos por cento) por hora de atraso para as emergenciais; 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na prestação de garantia, até o limite de 10% (dez por cento) do respectivo valor total;
- 1.1. O descumprimento das demais obrigações da Contratada implicará multa, por evento, de 0,3% (três décimos por cento) do valor total contratado;
- ~~(4.2. Nessa hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracteriza o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no Item 17.1 deste Termo, como também a inexecução total contratual.)~~
2. Poderão ser aplicadas subsidiariamente as sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93.
3. A penalidade de multa prevista nos itens anteriores poderá ser substituída pela penalidade de advertência, tendo em vista as circunstâncias da execução contratual, garantida a prévia defesa, na forma da lei.
4. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.
- 4.1. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.
- 4.2. Em casos excepcionais, autorizados pelo Contratante, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do produto.
- CANCELAMENTO DO CONTRATO**
1. Constituem motivos para a rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízo das sanções administrativas dos artigos 86 e 88, todos da Lei nº 8.666/1993;
2. O atraso injustificado na execução de qualquer dos serviços por período superior a três vezes o seu prazo normal de execução, caracteriza a inexecução total das obrigações, podendo ensejar, a critério do TRT, a rescisão unilateral do contrato, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, por culpa da contratada;
3. Ainda, a rescisão poderá ocorrer quando:
- a) Não cumprir as exigências do edital de licitação e as condições do Contrato resultante deste procedimento;
 - b) Não aceitar a redução do preço, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - c) Tiver presentes razões de interesse público, desde que oriundas de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado;
 - d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
4. A rescisão do contrato por culpa da Contratada implicará multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

14.10 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)

Conforme tabela abaixo:

Lote / Circunscrição	Item	Unidade do TRT	Área (m2)	Valor total por aplicação semestral (R\$)	Valor para Aplicação Extraordinária contra Escorpiões (R\$)

15. ANÁLISE de RISCOS (deverão ser preenchidos os Riscos do Serviço - Item 15.2)

15.1 Riscos do Processo de Contratação:

Risco 1	Impugnação durante o processo de licitação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Atrasos na contratação		
Ação Preventiva	Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei.		Responsável
			Gestor
Ação de Contingência	Alteração do edital se pertinente e/ou caso haja contrato, renovação excepcional deste.		Responsável
			Gestor e Coord. Licitações e Contratos.
Risco 2	Falta de orçamento para concluir a contratação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva	Previsão no Plano de Contratações		Responsável
			Gestor
Ação de Contingência	Renovação excepcional do contrato em vigência ou verificação de outra dotação que possa ser deslocado o valor para esta contratação.		Responsável
			Gestor
Risco 3	Licitação fracassada ou deserta		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Inviabilizar a contratação		
Ação Preventiva	Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei. Consulta aos fornecedores qualificados para adequação das características técnicas de forma a ampliar a concorrência.		Responsável
			Gestor
Ação de Contingência	Renovação excepcional do contrato em vigência ou reedição de nova licitação		Responsável
			Gestor
Risco 4	Atraso na licitação		
Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva			Responsável

Início do DOD com antecedência	Equipe de planejamento da contratação
Ação de Contingência	Responsável
Renovação excepcional do contrato em vigência	Gestor

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO	
Contratação é viável?	
<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

Data:	13/05/2020		
Integrante Demandante:	Maria Aparecida G D Leocini		
Integrante Técnico:	Ildevan Domingos Andrade		
- Integrante Administrativo:	Titular:	Edvilton Bergamasco Fontes Galante	Suplente
			Douglas Suetsugo Mitsuse

ANEXO	
TERMO DE REFERÊNCIA – Parte 1	
1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)	
1.1 Descrição resumida do Objeto:	
Contratação de serviços especializados de desinsetização, desratização, sanitização e eliminação de outras pragas urbanas nas dependências das unidades do TRT 15ª Região.	

<p>1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de técnico responsável.</p> <p>O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação, antecedida de licitação na modalidade Pregão, por preço global, de empresa especializada na prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas e agentes biológicos, tais como insetos, baratas, roedores, escorpiões, aranhas, etc., englobando desinsetização, dedetização, desratização e assemelhados, inclusive de larvas de mosquitos Aedes aegypti nos locais onde possa acumular água, com fornecimento de mão de obra e matéria-prima necessárias ao tratamento químico, aplicação semestral, portanto 02 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses; e a contratação, quando houver necessidade em caráter extraordinário da prestação de serviços de sanitização para eliminação de microorganismos como vírus, bactérias, fungos e ácaros, nas dependências de todos os prédios sob responsabilidade deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.</p> <p>DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</p> <p>1. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</p> <p>1.1. Serviços preventivos de desinsetização, dedetização, desratização e assemelhados, inclusive de larvas de mosquitos Aedes aegypti deverão ser executados com material atóxico e inodoro;</p> <p>1.2. Os produtos utilizados deverão ser de primeira qualidade e a aplicação será realizada através de micro pulverização, termo nebulização e aplicação de gel para formigas, moscas, escorpiões, insetos rasteiros e oferta de iscas para roedores, conforme legislação e normas vigentes;</p> <p>1.3. Somente poderão ser utilizados os produtos desinfetantes devidamente registrados no Ministério da Saúde e o responsável técnico responde pela sua aquisição, utilização e controle;</p> <p>1.4. Todos os procedimentos de preparo de soluções, a técnica de aplicação, a utilização e a manutenção de equipamentos deverão estar descritos e disponíveis na forma de Procedimentos Operacionais Padronizados;</p> <p>1.5. A Contratada deverá pulverizar todos os focos primários (tubulações, caixas de esgotos, gordura, inspeção e passagens, ralos de banheiro e grelhas, dutos de esgoto, elétricos e telefone, forros, nos telhados, nas divisórias e demais dependências) com produtos comprovadamente eficazes e adequados para atuação nesses locais;</p> <p>1.6. A Contratada deverá efetuar, dentro do período da garantia, tantas aplicações corretivas quantas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos e pragas;</p> <p>1.7. A Contratada obriga-se a prestar atendimento às solicitações do Contratante para aplicações extraordinárias no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento da solicitação, nas seguintes situações:</p> <p>a) para aplicações extraordinárias, a fim de eliminar existência de insetos, baratas, ratos, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações;</p> <p>b) corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo de garantia;</p> <p>1.8. As chamadas para o atendimento de que trata a alínea b, do item anterior, não implicará em qualquer ônus adicional ao valor licitado e correrá às expensas da Contratada;</p> <p>1.9. Durante a realização do procedimento, não é aconselhável que pessoas, fora os profissionais que o estejam realizando, permaneçam no local, devido à toxicidade envolvida e o risco das substâncias serem inaladas;</p> <p>1.10. Após a execução dos serviços, todo o perímetro de intervenção deverá estar desprovido de quaisquer resíduos, vasilhames e embalagens, que serão acondicionados em recipientes adequados e corretamente descartados pela Contratada;</p> <p>1.11. Concluída as aplicações, a área deverá ser entregue limpa e desimpedida de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais. Resta esclarecer que essa limpeza não deve ser feita com alvejantes, produtos de limpeza convencionais, detergentes ou semelhantes, uma vez que a utilização deles pode prejudicar o resultado final do processo, se forem aplicados antes de completadas 24 horas dos serviços;</p> <p>1.12. Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305 /2010;</p> <p>1.13. A empresa contratada deverá fornecer à Unidade onde houver a aplicação do produto, comprovante de execução do serviço contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) nome do cliente; b) endereço do imóvel; c) praga(s) alvo; d) data de execução dos serviços; e) prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo; f) grupo(s) químico (s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); g) nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); h) orientações pertinentes ao serviço executado; i) nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente; h) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e j) identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.</p> <p>1.14. Estar em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;</p> <p>1.15. Aplicar produtos devidamente aprovados pela ANVISA;</p> <p>1.16. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, nos termos da Norma Regulamentadora NR6 do Ministério do Trabalho e Emprego.</p>

MÉTODOS DE COMBATE:

2.1. DESINSETIZAÇÃO: Sistemas de Spray (líquido); gel.

2.1.1. Metodologia de Aplicação de Desinsetização: Nesta aplicação deverá ser utilizado sistema de cruzamento envolvendo aplicação de "spray", gel, "fog", atomizador ou de outros métodos: eficientes desenvolvidos após a licitação, os quais deverão ser executados da seguinte maneira:

- aplicação utilizando o método "spray": composta de produtos químicos devidamente preparados e apropriados para cada local, devendo ser inodoros, não provocarem manchas, semilíquidos, inócuos à saúde humana. Esta aplicação deverá ser utilizada em todos os espaços e locais das edificações do TRT 15ª Região;
- aplicação utilizando o método gel: aplicação específica utilizando equipamentos especiais, os quais irão aplicar o inseticida em todo o mobiliário, equipamentos eletrônicos tais como: computadores, impressoras, telefones, fac-símile. Os produtos deverão ser inodoros, não provocarem manchas, inócuos à saúde humana.

2.2. DESRATIZAÇÃO: Iscas parafinadas e peletizadas e Pó de Contato.

2.2.1. Metodologia de Aplicação de Desratização:

- Estas aplicações deverão ser efetuadas em todos os prédios do TRT 15ª Região, em pontos necessários que constituem foco de roedores, não acessíveis ao contato humano;
- Deverão ser utilizadas iscas parafinadas e peletizadas de pronto uso e pó de contato para combate aos ratos.
- O material a ser utilizado na isca deverá ser eficaz, possuir um poder fulminante, com características de matar os roedores, não permitindo, assim, a circulação de ratos envenenados, bem como não permitir que os ratos, depois de mortos, vão à putrefação, exalando mal cheiro e venham a causar entupimentos nas tubulações.

2.3. SANITIZAÇÃO: serviço de sanitização em ambientes para desinfecção realizada por meio de nebulização a frio, para ambientes internos, utilizando produto químico registrado no ministério da Saúde, à base de quaternário de amônio, de amplo espectro, que elimine e impeça a proliferação de microrganismos como vírus, bactérias, fungos e ácaros de maneira segura e eficaz.

- Deverão ser sanitizados todos os ambientes internos supracitados e suas superfícies sejam elas metálicas, madeiras, vidros, entre outras, incluindo mobiliários, paredes, teto, piso, carpetes, tapetes, persianas, objetos, cadeiras, estofados, portas, janelas, maçanetas, cabinas de elevadores, boteiras, interfonos, interruptores, corrimãos e escadas de acesso internas e externas.
- O produto deverá ser aplicado com nebulizador produzindo névoa fina, sem produção de umidade excessiva, ou resíduos que possam causar danos à equipamentos ou manchas em superfícies, mobiliários e pisos. Deverá ser de baixa toxicidade aos usuários, ao meio ambiente, sem cheiro excessivamente forte e não corrosivo.

TÉCNICAS DE APLICAÇÃO

3.1. PULVERIZAÇÃO: Utilização de produtos usando bomba de alta pressão, com pulverização em leque, atingindo 360º de amplitude, de forma a penetrar em todas as frestas e esconderijos de insetos;

3.2. VAPORIZAÇÃO: Utilização de equipamentos específicos que alcançam insetos aéreos;

3.3. TERMONEBULIZAÇÃO: Divisão de partículas químicas em subpartículas, para áreas de difícil acesso;

3.4. ISCAÇEM: Para controle de roedores, de ação cumulativa, aplicadas em áreas secas;

3.5. GEL: Inseticida à base de hidrametilnona, empregado em locais que inviabilizam a aplicação líquida;

3.6. POLVILHAMENTO: Utilização de produtos em pó usando equipamento apropriado, de forma a penetrar em todas as frestas e esconderijos de insetos.

ÁREAS DE APLICAÇÃO

4.1. Os produtos para combate a insetos e animais nocivos deverão ser aplicados interna e externamente em todos os prédios de Campinas e das unidades do interior, incluindo: a) Áreas de Varas de Trabalho, Gabinetes, Diretorias, Secretarias, Coordenadorias e similares;

- Áreas de circulação;
- Áreas das copas;
- Áreas dos banheiros/sanitários/ralos;
- Áreas de depósitos;
- Áreas de auditórios/plenários;
- Áreas de arquivos;
- Áreas de biblioteca;
- Áreas das escadas dos prédios;
- Áreas dos jardins e árvores de todos os portes;
- Demais áreas: estacionamentos, garagens, entre outras.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A Contratada deverá emitir um Formulário de Comprovação dos Serviços Executados, conforme modelo do ANEXO III;

5.2. Por ocasião da emissão da fatura, a Contratada deverá encaminhar ao Fiscal Setorial e Gestor do contrato o formulário supramencionado devidamente assinado pelos respectivos responsáveis pelo acompanhamento dos serviços em cada unidade do TRT e pelo responsável técnico da empresa (preposto). Este Formulário de Comprovação de Serviço será anexado à respectiva Nota Fiscal para pagamento;

5.3. Todo serviço insuficiente/defeituoso poderá ser interrompido e/ou refeito quando solicitado pela Fiscalização, sem ônus para o TRT da 15ª Região;

5.4. Os serviços serão prestados dentro dos parâmetros de qualidade e periodicidade estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos, com emprego de pessoal, equipamentos e material suficientes para assegurar plena eficácia na execução, sob inteira responsabilidade da Contratada, quer civil ou administrativamente, observadas as diretrizes emitidas pela Administração do TRT da 15ª Região;

5.5. Os serviços e a movimentação de materiais deverão ser executados sem prejuízo das atividades normais do TRT 15ª região;

5.6. Os locais onde serão executados os serviços deverão ser mantidos limpos e organizados. Após a conclusão, deverão ser retirados todos os materiais, ferramentas e equipamentos, devendo manter a área livre dos resíduos provenientes dos serviços.

6. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS

6.1. Quaisquer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à plena execução dos serviços serão todos fornecidos pela Contratada, a qual deverá:

- Empregar produtos que sejam de boa qualidade, inócuos à saúde humana, que estejam de acordo com a legislação ambiental vigente, não sendo admissível a aplicação de materiais que sejam nocivos à saúde;
- Identificar os equipamentos e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares porventura pertencentes ao Tribunal ou a terceiros.

7. DO ACRÉSCIMO DE NOVAS UNIDADES OU MUDANÇA DE ENDEREÇO

7.1.A eventual criação de novas unidades ou mudança de prédio de unidades existentes do TRT deverão ser acomodadas neste contrato, por acréscimo ou supressão contratual, nos termos do art. 65, parágrafo primeiro, da Lei 8.666/1993.

7.1.1. Os acréscimos serão processados mediante prévia apresentação pela Contratada de orçamento para esse fim, que deverá considerar a metragem e as especificidades do novo prédio, devendo consignar, ainda, justificativa detalhada para as seguintes hipóteses:

- Para unidades novas, em cidades que ainda não possuem outras unidades do TRT, caso o preço por metro quadrado exceda ao valor médio cobrado por metro quadrado, considerados os preços por metro quadrado de todas as unidades da respectiva circunscrição; e
- Para mudança de prédio de unidades já contempladas por esta contratação, caso o valor por metro quadrado seja superior ao valor por metro quadrado praticado para o prédio antigo.

8. PRAZOS E QUANTITATIVOS CONTRATADOS:

8.1.Os serviços serão realizados nas dependências dos prédios do TRT 15ª Região, de acordo com cronograma de execução a ser apresentado pela Contratada em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis ao Fiscal Administrativo, após a assinatura do contrato, sendo que a primeira aplicação, será iniciada, no máximo, em 15 (quinze) dias ininterruptos, após a assinatura do contrato. Os serviços deverão ser executados em todas as unidades do lote no prazo máximo de 60 dias corridos, e os serviços serão executados em todos os lotes concomitantemente;

8.2. Os serviços extraordinários poderão ser solicitados após a assinatura do contrato, e deverão ser atendidas no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos, conforme segue:

- A aplicação contra ataque de escorpiões a ser executada mediante solicitação do TRT;
- A aplicação visando a eliminação de insetos, baratas, ratos, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações;
- (c) Em situações de ataques maciços de pragas e insetos;
- 8.3. Os serviços extraordinários consideradas emergenciais a critério do TRT, poderão ser solicitados após a assinatura do contrato, e deverão ser atendidas no prazo máximo de 6 (seis) horas, contadas da abertura de chamado pela respectiva Unidade do Tribunal, conforme segue:
 - Em situações de ataques maciços de pragas e insetos;
 - Na necessidade de sanitização.

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto;

9.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

10. CONSIDERAÇÕES GERAIS

10.1 Materiais/equipamentos e produtos a serem utilizados são de responsabilidade da Contratada para o desempenho dos serviços;

10.2 A prestação de serviços de que trata este Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme § 1º do art. 6º da IN nº 02/2008;

10.3 No curso do contrato poderá ser admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.

10.4 Fazem parte e integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os Anexos de I a V.

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado (p. ex., 12 meses, 30 meses), e se poderá ser prorrogado.

30 meses, prorrogável por igual e sucessivo período.

Outro

1.4 Local e horário da prestação dos serviços

Locais de Prestação dos Serviços: Conforme Anexo I.

Se necessário, contatar a Seção de Conservação Adequação Instalações da Coordenadoria de Manutenção, pelo email instalacoes.manutencao@trt15.jus.br ou telefone (19) 3231-9500, ramais 2505/2508, das 12 h às 18 h -

O contato com os diretores responsáveis pelas Unidades deverá ser feito por email ou telefone disponível no site no Tribunal: <https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas>

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Outros:			

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Motivação

Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)

Solução escolhida	Contratação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas e agentes biológicos, tais como insetos, baratas, roedores, escorpiões, aranhas, etc., englobando desinsetização, dedetização, desratização e assemelhados, inclusive de larvas de mosquitos <i>Aedes aegypti</i> nos locais onde possa acumular água, com fornecimento de mão de obra e matéria-prima necessárias ao tratamento químico, aplicação semestral, portanto 02 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses, nas dependências de todos os prédios sob responsabilidade deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
Justificativa	Os serviços de dedetização justificam-se em função da necessidade do combate a vários tipos de insetos e animais nocivos à saúde encontrados nos prédios que compõem a Justiça do Trabalho do TRT 15ª Região, tais como: ratos, formigas, mosquitos, baratas, percevejos e outros que podem causar doenças graves às pessoas que ali desenvolvem suas atividades laborais ou são assistidas pelos serviços judiciários. Existem meses do ano em que as localidades enfrentam um intenso período chuvoso o qual proporciona o aumento da proliferação de insetos e animais transmissores de doenças perigosas que podem levar à morte ou infligir sequelas, tais como: dengue, zika, chikungunya, hantavirose, leptospirose, chagas e outras. A presente contratação tem por objetivo combater vetores e pragas urbanas, tais como roedores, baratas, moscas, traças, pulgas, escorpiões, formigas, larvas de mosquitos etc. nas áreas internas e externas, utilizando métodos eficazes, de acordo com as normas regulamentares de regência. A demanda do TRT 15ª Região por esses serviços ocorre em razão de o Tribunal não possuir, em seu quadro funcional, recursos humanos e materiais adequados para executá-los. Some-se a isso o fato de o poder público, através da ANVISA, FUNASA, e VIGILÂNCIA SANITÁRIA locais, não prestar mais os referidos serviços. Cabe ressaltar que tais serviços são considerados imprescindíveis à Administração para o bom desempenho de suas atribuições. A não contratação da prestação desses serviços irá comprometer as atividades deste Tribunal, trazendo riscos à saúde de Magistrados, Servidores, Terceirizados e Jurisdicionados, podendo acarretar sérios danos ao patrimônio público. A sanitização de ambiente é realizada para torná-lo mais saudável para os usuários, deixando-o livre de fungos, bactérias, ácaros, vírus, eliminando e impedindo a proliferação de micro-organismos causadores de doenças respiratórias, através da aplicação de produto específico, seguro e eficaz. O processo de sanitização elimina e impede a proliferação de bactérias gram-positivas, gram-negativas, aeróbica, anaeróbicas, leveduras, esporos, ácaros, vírus, além de fungos responsáveis por uma série de patologias. E está sendo utilizada como estratégia de prevenção e combate ao coronavírus.
Valor estimado	R\$ 244.839,51 (SEMENTRAL) e R\$ 503.348,34 (EXTRAORDINÁRIAS) conforme planilha estimativa.
Outros	-

2.2 Objetivos a serem alcançados, incluindo benefícios diretos e indiretos esperados

Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)

<input checked="" type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal
<input type="checkbox"/>	Outro benefício:

2.3 Alinhamento Estratégico

<http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020>

Adequar constantemente as instalações físicas

2.4 Referência aos Estudos Preliminares

9447/2020

2.5 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado

As dedetizações serão aplicadas 2 vezes por ano, ou seja periodicidade semestral, nas Unidades deste Tribunal, divididas em 08 circunscrições listadas no ANEXO I. Também poderão ocorrer aplicações extraordinárias quando houver uma solicitação urgente, conforme explicado no subitem 1.2 deste DOD

2.6 Natureza do objeto

Serviço continuado

2.7 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)

<input checked="" type="checkbox"/>	Divisão em grupos para maior competitividade, economicidade		
<input type="checkbox"/>	Grupo com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

2.8 Impacto ambiental

Não se vislumbra impacto ambiental significativo na execução desses serviços.

3. GESTÃO DO CONTRATO	
3.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:	
	Os gestores do contrato serão: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almojarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almojarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;
Gestor do Contrato:	
	Os demandantes do contrato são: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almojarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almojarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- A execução das atividades de acompanhamento e fiscalização será acompanhada por representante do CONTRATANTE, especialmente designado para esse fim, que terão autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.
 - Os gestores do contrato serão: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almojarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almojarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;
- A atuação fiscalizadora dos gestores não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao TRT ou a terceiros resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
- Serão asseguradas ao representante do CONTRATANTE as prerrogativas de:
 - fiscalizar a execução dos serviços de que modo que sejam cumpridas integralmente as condições consignadas no Edital;
 - comunicar eventuais falhas ocorridas na execução dos serviços e determinar o que for necessário à regularização de faltas, defeitos ou vícios verificados;
 - aprovar ou recusar os serviços executados;
 - atestar, após a verificação da conformidade, a Nota Fiscal/fatura apresentada pela CONTRATADA.
- A fiscalização exercida pela Administração não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da empresa, que vencer o certame, em fiscalizar os serviços executados;
- A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar a qualidade da prestação dos serviços, utilizando o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no DOD, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
 - não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- Durante a execução do objeto o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- O fiscal técnico deverá indicar eventuais irregularidades da execução do objeto no Formulário de Execução dos Serviços (ANEXO III).
- O preposto ou responsável pela aplicação deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- A contratada deverá apresentar justificativa em 48 horas, a partir da ciência da avaliação, para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO MERCADO

Catálogo (CATMAT/CATSER)

Item: 3417 - Descrição: Desinsetização, desratização e dedetização.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)

1.1 Descrição resumida do Objeto:

Contratação de serviços especializados de desinsetização, desratização, sanitização e eliminação de outras pragas urbanas nas dependências das unidades do TRT 15ª Região.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação, antecedida de licitação na modalidade Pregão, por preço global, de empresa especializada na prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas e agentes biológicos, tais como insetos, baratas, roedores, escorpiões, aranhas, etc., englobando desinsetização, dedetização, desratização e assemelhados, inclusive de larvas de mosquitos *Aedes aegypti* nos locais onde possa acumular água, com fornecimento de mão de obra e matéria-prima necessárias ao tratamento químico, aplicação semestral, portanto 02 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses; e a contratação, quando houver necessidade em caráter extraordinário da prestação de serviços de sanitização para eliminação de microorganismos como vírus, bactérias, fungos e ácaros, nas dependências de todos os prédios sob responsabilidade deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

#REF!

#REF!

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- Serviços preventivos de desinsetização, dedetização, desratização e assemelhados, inclusive de larvas de mosquitos *Aedes aegypti* deverão ser executados com material atóxico e inodoro;
- Os produtos utilizados deverão ser de primeira qualidade e a aplicação será realizada através de micro pulverização, termo nebulização e aplicação de gel para formigas, moscas, escorpiões, insetos rasteiros e oferta de iscas para roedores, conforme legislação e normas vigentes;
- Somente poderão ser utilizados os produtos desinfetantes devidamente registrados no Ministério da Saúde e o responsável técnico responde pela sua aquisição, utilização e controle;
- Todos os procedimentos de preparo de soluções, a técnica de aplicação, a utilização e a manutenção de equipamentos deverão estar descritos e disponíveis na forma de Procedimentos Operacionais Padronizados;
- A Contratada deverá pulverizar todos os focos primários (tubulações, caixas de esgotos, gordura, inspeção e passagens, ralos de banheiro e grelhas, dutos de esgoto, elétricos e telefone, forros, nos telhados, nas divisórias e demais dependências) com produtos comprovadamente eficazes e adequados para atuação nesses locais;
- A Contratada deverá efetuar, dentro do período da garantia, tantas aplicações corretivas quantas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos e pragas;
- A Contratada obriga-se a prestar atendimento às solicitações do Contratante para aplicações extraordinárias no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento da solicitação, nas seguintes situações:
 - para aplicações extraordinárias, a fim de eliminar existência de insetos, baratas, ratos, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações;
 - corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo de garantia;

- 1.8. As chamadas para o atendimento de que trata a alínea b, do item anterior, não implicará em qualquer ônus adicional ao valor lícitado e correrá às expensas da Contratada;
- 1.9. Durante a realização do procedimento, não é aconselhável que pessoas, fora os profissionais que o estejam realizando, permaneçam no local, devido à toxicidade envolvida e o risco das substâncias serem inaladas;
- 1.10. Após a execução dos serviços, todo o perímetro de intervenção deverá estar desprovido de quaisquer resíduos, vasilhames e embalagens, que serão acondicionados em recipientes adequados e corretamente descartados pela Contratada;
- 1.11. Concluída as aplicações, a área deverá ser entregue limpa e desimpedida de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais. Resta esclarecer que essa limpeza não deve ser feita com alvejantes, produtos de limpeza convencionais, detergentes ou semelhantes, uma vez que a utilização deles pode prejudicar o resultado final do processo, se forem aplicados antes de completadas 24 horas dos serviços;
- 1.12. Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010;
- 1.13. A empresa contratada deverá fornecer à Unidade onde houver a aplicação do produto, comprovante de execução do serviço contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) nome do cliente; b) endereço do imóvel; c) praga(s) alvo; d) data de execução dos serviços; e) prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo; f) grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); g) nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); h) orientações pertinentes ao serviço executado; i) nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente; h) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e j) identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.
- 1.14. Estar em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;
- 1.15. Aplicar produtos devidamente aprovados pela ANVISA;
- 1.16. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, nos termos da Norma Regulamentadora NR6 do Ministério do Trabalho e Emprego.

MÉTODOS DE COMBATE:

- 2.1. DESINSETIZAÇÃO: Sistemas de Spray (líquido); gel.
- 2.1.1. Metodologia de Aplicação de Desinsetização: Nesta aplicação deverá ser utilizado sistema de cruzamento envolvendo aplicação de “spray”, gel, “fog”, atomizador ou de outros métodos: eficientes desenvolvidos após a licitação, os quais deverão ser executados da seguinte maneira:
- a) aplicação utilizando o método “spray”: composta de produtos químicos devidamente preparados e apropriados para cada local, devendo ser inodoros, não provocarem manchas, semilíquidos, inócuos à saúde humana. Esta aplicação deverá ser utilizada em todos os espaços e locais das edificações do TRT 15ª Região;
- b) aplicação utilizando o método gel: aplicação específica utilizando equipamentos especiais, os quais irão aplicar o inseticida em todo o mobiliário, equipamentos eletrônicos tais como: computadores, impressoras, telefones, fac-símile. Os produtos deverão ser inodoros, não provocarem manchas, inócuos à saúde humana.
- 2.2. DESRATIZAÇÃO: Iscas parafinadas e peletizadas e Pó de Contato.
- 2.2.1. Metodologia de Aplicação de Desratização:
- a) Estas aplicações deverão ser efetuadas em todos os prédios do TRT 15ª Região, em pontos necessários que constituem foco de roedores, não acessíveis ao contato humano;
- b) Deverão ser utilizadas iscas parafinadas e peletizadas de pronto uso e pó de contato para combate aos ratos.
- c) O material a ser utilizado na isca deverá ser eficaz, possuir um poder fulminante, com características de matar os roedores, não permitindo, assim, a circulação de ratos envenenados, bem como não permitir que os ratos, depois de mortos, vão à putrefação, exalando mal cheiro e venham a causar entupimentos nas tubulações.

- 2.3. SANITIZAÇÃO: serviço de sanitização em ambientes para desinfecção realizada por meio de nebulização a frio, para ambientes internos, utilizando produto químico registrado no ministério da Saúde, à base de quaternário de amônio, de amplo espectro, que elimine e impeça a proliferação de microrganismos como vírus, bactérias, fungos e ácaros de maneira segura e eficaz.
- a) Deverão ser sanitizados todos os ambientes internos supracitados e suas superfícies sejam elas metálicas, madeiras, vidros, entre outras, incluindo mobiliários, paredes, teto, piso, carpetes, tapetes, persianas, objetos, cadeiras, estofados, portas, janelas, maçanetas, cabinas de elevadores, botoeiras, interfones, interruptores, corrimãos e escadas de acesso internas e externas.
- b) O produto deverá ser aplicado com nebulizador produzindo névoa fina, sem produção de umidade excessiva, ou resíduos que possam causar danos à equipamentos ou manchas em superfícies, mobiliários e pisos. Deverá ser de baixa toxicidade aos usuários, ao meio ambiente, sem cheiro excessivamente forte e não corrosivo.

TÉCNICAS DE APLICAÇÃO

- 3.1. PULVERIZAÇÃO: Utilização de produtos usando bomba de alta pressão, com pulverização em leque, atingindo 360º de amplitude, de forma a penetrar em todas as frestas e esconderijos de insetos;
- 3.2. VAPORIZAÇÃO: Utilização de equipamentos específicos que alcançam insetos aéreos;
- 3.3. TERMONEBULIZAÇÃO: Divisão de partículas químicas em subpartículas, para áreas de difícil acesso;
- 3.4. ISCAGEM: Para controle de roedores, de ação cumulativa, aplicadas em áreas secas;
- 3.5. GEL: Inseticida à base de hidrametilnona, empregado em locais que inviabilizam a aplicação líquida;
- 3.6. POLVILHAMENTO: Utilização de produtos em pó usando equipamento apropriado, de forma a penetrar em todas as frestas e esconderijos de insetos.

ÁREAS DE APLICAÇÃO

- 4.1. Os produtos para combate a insetos e animais nocivos deverão ser aplicados interna e externamente em todos os prédios de Campinas e das unidades do interior, incluindo: a) Áreas de Varas de Trabalho, Gabinetes, Diretorias, Secretarias, Coordenadorias e similares;
- b) Áreas de circulação;
- c) Áreas das copas;
- d) Áreas dos banheiros/sanitários/ralos;
- e) Áreas de depósitos;
- f) Áreas de auditórios/plenários;
- g) Áreas de arquivos;
- h) Áreas de biblioteca;
- i) Áreas das escadas dos prédios;
- j) Áreas dos jardins e árvores de todos os portes;
- k) Demais áreas: estacionamentos, garagens, entre outras.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. A Contratada deverá emitir um Formulário de Comprovação dos Serviços Executados, conforme modelo do ANEXO III;
- 5.2. Por ocasião da emissão da fatura, a Contratada deverá encaminhar ao Fiscal Setorial e Gestor do contrato o formulário supramencionado devidamente assinado pelos respectivos responsáveis pelo acompanhamento dos serviços em cada unidade do TRT e pelo responsável técnico da empresa (preposto). Este Formulário de Comprovação de Serviço será anexado à respectiva Nota Fiscal para pagamento;
- 5.3. Todo serviço insuficiente/defeituoso poderá ser interrompido e/ou refeito quando solicitado pela Fiscalização, sem ônus para o TRT da 15ª Região;
- 5.4. Os serviços serão prestados dentro dos parâmetros de qualidade e periodicidade estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos, com emprego de pessoal, equipamentos e material suficientes para assegurar plena eficácia na execução, sob inteira responsabilidade da Contratada, quer civil ou administrativamente, observadas as diretrizes emitidas pela Administração do TRT da 15ª Região;
- 5.5. Os serviços e a movimentação de materiais deverão ser executados sem prejuízo das atividades normais do TRT 15ª região;
- 5.6. Os locais onde serão executados os serviços deverão ser mantidos limpos e organizados. Após a conclusão, deverão ser retirados todos os materiais, ferramentas e equipamentos, devendo manter a área livre dos resíduos provenientes dos serviços.

6. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS

- 6.1. Quaisquer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à plena execução dos serviços serão todos fornecidos pela Contratada, a qual deverá:
- a) Empregar produtos que sejam de boa qualidade, inócuos à saúde humana, que estejam de acordo com a legislação ambiental vigente, não sendo admissível a aplicação de materiais que sejam nocivos à saúde;
- b) Identificar os equipamentos e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares porventura pertencentes ao Tribunal ou a terceiros.

7. DO ACRÉSCIMO DE NOVAS UNIDADES OU MUDANÇA DE ENDEREÇO

- 7.1. A eventual criação de novas unidades ou mudança de prédio de unidades existentes do TRT deverão ser acomodadas neste contrato, por acréscimo ou supressão contratual, nos termos do presente Termo de Referência.
- 7.1.1. Os acréscimos serão processados mediante prévia apresentação pela Contratada de orçamento para esse fim, que deverá considerar a metragem e as especificidades do novo prédio, e
- a) Para unidades novas, em cidades que ainda não possuem outras unidades do TRT, caso o preço por metro quadrado exceda ao valor médio cobrado por metro quadrado, considerados os preços praticados em outras unidades;
- b) Para mudança de prédio de unidades já contempladas por esta contratação, caso o valor por metro quadrado seja superior ao valor por metro quadrado praticado para o prédio antigo.

8. PRAZOS E QUANTITATIVOS CONTRATADOS:

- 8.1. Os serviços serão realizados nas dependências dos prédios do TRT 15ª Região, de acordo com cronograma de execução a ser apresentado pela Contratada em, no máximo, 05 (cinco) dias.
- 8.2. Os serviços extraordinários poderão ser solicitados após a assinatura do contrato, e deverão ser atendidas no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos, conforme segue:
- a) A aplicação contra ataque de escorpiões a ser executada mediante solicitação do TRT;
- b) A aplicação visando a eliminação de insetos, baratas, ratos, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações;
- (c) Em situações de ataques maciços de pragas e insetos);
- 8.3. Os serviços extraordinários consideradas emergenciais a critério do TRT, poderão ser solicitados após a assinatura do contrato, e deverão ser atendidas no prazo máximo de 6 (seis) horas.
- a) Em situações de ataques maciços de pragas e insetos;
- b) Na necessidade de sanitização.

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto;

9.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

10. CONSIDERAÇÕES GERAIS

10.1 Materiais/equipamentos e produtos a serem utilizados são de responsabilidade da Contratada para o desempenho dos serviços;

10.2 A prestação de serviços de que trata este Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme § 1º do art. 6º da IN nº 02/2008;

10.3 No curso do contrato poderá ser admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.

10.4 Fazem parte e integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os Anexos de I a V.

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado e se poderá ser prorrogado.

30 meses, prorrogável por igual e sucessivo período.

Outro

1.4 Local e horário da prestação dos serviços

Locais de Prestação dos Serviços: Conforme Anexo I.

Se necessário, contatar a Seção de Conservação Adequação Instalações da Coordenadoria de Manutenção, pelo email instalacoes.manutencao@trt15.jus.br ou telefone (19) 3231-9500, ramais 2505/2508, das 12 h às 18 h -

O contato com os diretores responsáveis pelas Unidades deverá ser feito por email ou telefone disponível no site no Tribunal: <https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas>

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Outros:			

2. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO**2.1 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas**

Pregão eletrônico

2.2 Forma de julgamento:

Menor preço

2.3 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)

Por grupo, critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço

2.4 É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?

Não

Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.

2.4.1 Fundamentação para a opção por SRP:

Não se aplica

2.4.2 Histórico de consumo:

Não se aplica

2.4.3 Estimativa de consumo:

Não se aplica

2.4.4 Quantidade para Consumo Imediato:

Não se aplica

2.4.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:

Não se aplica

2.4.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:

Não se aplica

2.4.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?

Não se aplica

3. REQUISITOS TÉCNICO-LEGAIS DA CONTRATAÇÃO**3.1. Há critérios de sustentabilidade a serem observados?**

Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:

Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:

grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
Todos os grupos	Todos os itens	Diretrizes	Para a prestação dos serviços, objeto do presente Termo de Referência, a Contratada deverá obedecer às diretrizes discriminadas no Guia Prático de inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações da Justiça do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho: a) Preferência por produtos de baixo impacto ambiental; b) Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; c) Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei 12.305/2010); d) Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos.
Todos os grupos	Todos os itens	5.2.7. Serviços de Controle de Vetores e Pragas Urbanas	Para os Serviços de Controle de Vetores e Pragas Urbanas, tais como desinsetização, desratização, descupinização, a contratada também deve: a) Estar em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos; b) Aplicar produtos devidamente aprovados pela ANVISA; c) Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010; d) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, nos termos da Norma Regulamentadora NR 6 do MTE.
		5.3.7. Nas Condições de Trabalho	Em relação às condições de trabalho da mão de obra devem ser exigidos das empresas contratadas: a) Atendimento às normas regulamentadoras expedidas pelo MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho; b) Adesão, por meio de cláusula contratual, ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - Programa Trabalho Seguro, instituído no âmbito da Justiça do Trabalho, voltado à promoção da saúde do trabalhador, à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), nos termos da Resolução nº 96, de 23 de março de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; c) Adesão, por meio de cláusula contratual, ao "Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho", firmado entre o Governo Federal e as entidades patronais e representativas dos trabalhadores no dia 1º de março de 2012, visando à aplicação e efetividade das Diretrizes nele estabelecidas; d) Emprego de egressos do sistema carcerário e/ou cumpridores de medidas ou penas alternativas em percentual não inferior a 2%, segundo o que preconizam as Resoluções CNJ 114, de 20 de abril de 2010 e CSJT 70, de 24 de setembro de 2010; e) Capacitação de todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de duas horas mensais, com ênfase na prevenção de acidentes, conforme a Resolução CNJ 98/2012.
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:		Não se aplica	
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 2ª edição do CSJT: www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=750deba9-30cc-4ead-a04c-6fcf316c9e8e&groupId=955023			

3.2 ARQUIVOS

Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?

Não se aplica

Indicar anexo ou local em que pode ser baixado

No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:

3.3 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)

A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.

<input checked="" type="checkbox"/>	Operacional:	Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante executados serviços compatíveis e pertinentes ao objeto desta licitação, ou seja, prestação de serviços de dedetização, em imóvel com área mínima de 500m²
<input checked="" type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional:	a) Prova de registro ou inscrição da empresa no Conselho Profissional do seu responsável técnico (§ 2º do art. 8º da Resolução RDC ANVISA n. 52/2009). b) Apresentar Termo de Licença/Alvará da autoridade sanitária e ambiental competente, conforme art. 5º da RDC nº 52 de 22/10/2009;
<input checked="" type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).	Comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou de nível médio profissionalizante, devidamente reconhecido pelo conselho profissional competente (artigos 4º e 8º, da Resolução RDC ANVISA nº 52/2019), detentor de atestado de responsabilidade técnica relativo à execução dos serviços semelhantes à este objeto, qual seja: prestação de serviços de dedetização.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.	A comprovação de que os responsáveis técnicos referidos no item anterior pertencem ao quadro permanente da licitante, na data prevista para a entrega da proposta, dar-se-á por qualquer dos requisitos a seguir: a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; b) Sócio: Contrato Social/Estatuto Social devidamente registrado em órgão competente; c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; d) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame. Obs.: No decorrer da execução dos serviços, os responsáveis técnicos só poderão ser substituídos, desde que aprovados pelo TRT, por profissionais de igual ou superior capacidade técnica, devidamente comprovado nos termos do edital, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666/93.

3.4 HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?

Sim

Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	- RDC Nº 52, de 22 de outubro de 2009 da ANVISA. - Norma Regulamentadora nº 35/2012 do Ministério do Trabalho - estabelece regras para o trabalho em altura. - Lei Estadual nº 10.083, de 02 de setembro de 1998, que dispõe sobre o Código Sanitário do Estado de SP. - Lei nº. 12.305/2010 (Política Nacional de resíduos Sólidos). - Resolução nº 34, 16 de agosto de 2010, da ANVISA, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para produtos saneantes desinfestantes. - Portaria CVS nº 09, de 16 de novembro de 2000, que aprova Norma Técnica para Empresas Prestadoras de Serviço de Controle de Vetores e Pragas Urbanas. - RDC Nº 18/MS/ANVS, de 29 de fevereiro de 2000, que dispõe sobre Normas Gerais para funcionamento de Empresas Especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

4. VISTORIA / VISITA TÉCNICA

Há previsão de vistoria/visita técnica?

A vistoria aos locais onde serão executados os serviços será facultativa;

Se sim. Justificar:

OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)

4.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):

Se houver interesse na vistoria, as mesmas deverão agendar previamente junto à Coordenadoria de Manutenção, pelo email instalacoes.manutencao@trt15.jus.br, ou telefone (19) 3231-9500 Ramal 2505/2508, mas caso não queiram realizar a vistoria, ainda que não apresente o termo de dispensa expressa, não poderá alegar desconhecimento das condições, quantidades e especificações pertinentes a cada item. Os modelos dos Termos de Vistoria ou de Declaração de Dispensa de Vistoria constam dos ANEXO II;

5. PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Circunscrições 2, 3, 4, 7 e 8: início apos homologação. Demais Circunscrições: 02/12/2020

6. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Locais de Prestação dos Serviços: Conforme Anexo I.

Se necessário, contatar a Seção de Conservação Adequação Instalações da Coordenadoria de Manutenção, pelo email instalacoes.manutencao@trt15.jus.br ou telefone (19) 3231-9500, ramais 2505/2508, das 12 h às 18 h -

O contato com os diretores responsáveis pelas Unidades deverá ser feito por email ou telefone disponível no site no Tribunal: <https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas>

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal

Outros:

7. GARANTIA

7.1 Garantia do objeto

Especificar o objeto e a qual grupo se refere:

Todos os serviços prestados pela CONTRATADA, terão garantia de 90 (noventa) dias por cada etapa de aplicação, contados a partir do atesto da nota fiscal/fatura pelo fiscal do contrato.

A CONTRATADA garantirá a qualidade dos serviços prestados, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do instrumento contratual e se responsabilizará pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do Art. 70 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores, sendo responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.

7.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e

3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

3%

Justificativa

Garantida para cumprimento das obrigações contratuais.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Especificações:

8.1. Obrigações da Contratante (TRT)

1. Gerenciar o Contrato;

2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

3. Cumprir fielmente o Contrato;

4. Permitir o acesso dos empregados da empresa Contratada a fim de que possa executar suas tarefas, na forma estabelecida pelo Contratante;

5. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela Contratada, desde que pertinentes ao objeto;

6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados que estejam em desacordo com as especificações técnicas anteriormente apresentadas;

7. Efetuar o pagamento após a apresentação da fatura/NF pela Contratada nas condições estipuladas no contrato;

8. Exercer a fiscalização dos serviços, por meio de servidores especialmente designados, e documentar as ocorrências havidas;

9. Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitados pela Contratada, desde que atendidas às obrigações contratuais;

10. Agendar reunião com a Contratada, quando necessário;

11. Rejeitar os serviços que estiverem em desacordo com as especificações previstas no Termo de Referência e seus Anexos e notificar a CONTRATADA.

8.2. Obrigações da Contratada

1. Executar o objeto contratado dentro dos padrões de saúde, por intermédio de pessoas devidamente qualificadas, sendo que todos os produtos e materiais necessários à execução dos serviços ficarão sob a guarda e responsabilidade da empresa;

2. Designar, na data da assinatura do contrato, Preposto, qual seja um profissional (nome e telefone), inscrito no conselho respectivo, de acordo com a Portaria nº 09 de novembro de 2000 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar no tocante à atuação dos trabalhadores (art. 68 da Lei 8.666/93). Tal profissional reporta-se à ao fiscal administrativo do contrato;

2.1 O Responsável Técnico da Contratada deverá apresentar declaração de responsabilidade, conforme ANEXO V;

3. O Preposto deverá prestar os devidos esclarecimentos e atender todas as demandas relacionadas ao objeto que porventura surgirem durante a execução do serviço;

4. A Contratada deverá agendar, junto ao fiscal da Unidade do Tribunal, o dia e a hora do início da prestação dos serviços, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, salvo serviços extraordinários e de emergência;

5. Fornecer número de telefone e endereço eletrônico para contato do Preposto, a fim de atender às solicitações do Contratante;

6. A empresa Contratada deverá dar garantia dos serviços prestados, utilizar produtos com registro no Ministério da Saúde e atender as exigências e normas, inclusive de segurança e ambientais, quando instituídas pelas Agências e Órgãos Oficiais reguladores e/ou fiscalizadores;

7. A Contratada assumirá total responsabilidade por todos os danos eventualmente causados a pessoas e ao patrimônio do TRT 15ª Região, prédios de Campinas e demais unidades do Interior do estado, decorrentes da execução dos serviços, promovendo o ressarcimento dos danos decorrentes da execução dos serviços;

8. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com ele, ainda que ocorrido nas dependências do Contratante;

9. A Contratada assumirá total responsabilidade pela execução e cumprimento dos prazos e garantias dos serviços;

10. A Contratada deverá realizar os serviços aos sábados preferencialmente, domingos e feriados, na data, hora e local estipulados pelo Contratante;

11. A solicitação dos serviços vinculados ao contrato dar-se-á preferencialmente por escrito, podendo a Contratada ser acionada por telefone em casos extraordinários;

12. Os funcionários da Contratada apresentar-se-ão ao local da execução devidamente uniformizados e deverão utilizar todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados à cada serviço a ser executado, salientando que os mesmos deverão atender à todos os protocolos de segurança individuais frente à pandemia de Covid-19 publicadas pelo Tribunal e seus Órgãos superiores; pelos Órgãos de Controle de Saúde; em decretos Municipais, Estaduais ou Federais; ou outros que vierem a ser publicados. A Contratada será responsável pelo fornecimento aos seus prestadores de serviço de todos os EPI's, exigindo e fiscalizando sua utilização durante a execução dos serviços;

13. Os serviços serão executados de acordo com as instruções administrativas determinadas pelo Contratante através da Unidade responsável pela fiscalização dos serviços contratados;

14. A Contratada deverá utilizar profissionais em número adequado para execução dos serviços propostos;

15. A Contratada deverá utilizar equipamentos em número suficiente para a aplicação dos produtos sem interrupção, bem como munir-se de equipamentos reservas para possíveis substituições em caso de defeito;

16. A Contratada não poderá submeter seus funcionários e terceiros à exposição direta aos produtos aplicados;

17. Em havendo cisão, incorporação, fusão ou mudança da razão social da empresa Contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, pelo Contratante, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação de riscos de insucesso na execução do objeto contratado;

18. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante;

19. Assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, devendo garantir a qualidade dos materiais e mão-de-obra empregados na execução dos mesmos;

20. Apresentar, até 05 (cinco) dias úteis antes de iniciar efetivamente os serviços CRONOGRAMA FÍSICO das tarefas que realizará ao longo dos mesmos, consoante este Termo de Referência, para aprovação do fiscal administrativo do contrato, informando: os locais que serão atendidos, a data e o prazo da execução dos serviços;

21. Efetuar, de imediato, o afastamento de qualquer funcionário das dependências do TRT 15ª Região, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços;

22. O Contratante se reserva o direito de solicitar, apresentando a devida justificação, a substituição de qualquer funcionário da Contratada que esteja executando serviços objeto deste contrato, obrigando-se a Contratada a providenciar, imediatamente, substituto para o pessoal rejeitado, de maneira que os serviços não sofram interrupção ou atraso;

23. Obedecer às Normas de segurança e medicina do trabalho para este tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, conforme disposto no subitem 12 acima;

24. A empresa deverá ser responsável por qualquer dano causado ao imóvel durante a execução dos serviços;

25. Comunicar, por escrito, imediatamente, ao fiscal do contrato, a impossibilidade de qualquer obrigação contratual, para adoção de providências cabíveis;

26. Locais, datas e horários de início e conclusão das tarefas, atestando o cumprimento dos prazos previstos no Cronograma Físico, mediante a apresentação do formulário do ANEXO IV;

27. Apresentar Formulário de Comprovação de Serviços Executados, conforme Anexo III, juntamente com a nota fiscal ao Gestor do Contrato, devidamente preenchido e assinado pelos responsáveis;

28. A empresa contratada deverá fornecer à Unidade onde houver a aplicação do produto, comprovante de execução do serviço contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) nome do cliente; b) endereço do imóvel; c) praga(s) alvo; d) data de execução dos serviços; e) prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo; f) grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); g) nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); h) orientações pertinentes ao serviço executado; i) nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente; j) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e j) identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

29. Comprovar não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004, na forma da Resolução CSJT nº 103/2012;

30. Comprovar não ter sido condenada, a Contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105, na forma da Resolução CSJT nº 103/2012;

31. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos equipamentos, materiais e pessoal assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação, respondendo por quaisquer danos causados até a entrega final dos serviços;

32. Providenciar todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com impostos, taxas, fretes, estiva, contribuições sociais e demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação assumida;

33. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência e seus Anexos, sem prévia anuência do Contratante;

34. A responsabilidade do contrato permanecerá sendo da Contratada ainda que haja transferência do objeto de que trata o subitem anterior.

35. Cabe à Contratada o controle efetivo e restrito de incidências de roedores, insetos e principais pragas urbanas como formigas e escorpiões, mantendo-os em patamares mínimos, aumentando a frequência de aplicação quando e onde se fizer necessário.

36. A Contratada deverá designar responsável a ser contratado para atender às necessidades exigidas no controle de incidências, não sendo obrigatória a sua permanência em período integral nas dependências do Tribunal ou de suas unidades.

9. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

Gestor do Contrato:	Os gestores do contrato serão: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almoarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almoarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Os demandantes do contrato são: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almoarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almoarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- A execução das atividades de acompanhamento e fiscalização será acompanhada por representante do CONTRATANTE, especialmente designado para esse fim, que terão autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.
 - Os gestores do contrato serão: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almoarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almoarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;
- A atuação fiscalizadora dos gestores não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao TRT ou a terceiros resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
- Serão asseguradas ao representante do CONTRATANTE as prerrogativas de:
 - fiscalizar a execução dos serviços de que modo que sejam cumpridas integralmente as condições consignadas no Edital;
 - comunicar eventuais falhas ocorridas na execução dos serviços e determinar o que for necessário à regularização de faltas, defeitos ou vícios verificados;
 - aprovar ou recusar os serviços executados;
 - atestar, após a verificação da conformidade, a Nota Fiscal/fatura apresentada pela CONTRATADA.
- A fiscalização exercida pela Administração não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da empresa, que vencer o certame, em fiscalizar os serviços executados;
- A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar a qualidade da prestação dos serviços, utilizando o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no DOD, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
 - não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6. Durante a execução do objeto o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
7. O fiscal técnico deverá indicar eventuais irregularidades da execução do objeto no Formulário de Execução dos Serviços (ANEXO III).
8. O preposto ou responsável pela aplicação deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
9. A contratada deverá apresentar justificativa em 48 horas, a partir da ciência da avaliação, para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

9.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber

1. Os serviços serão realizados nas dependências dos prédios do TRT 15ª Região, de acordo com cronograma de execução a ser apresentado pela Contratada em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis (A CONTRA DA SOLICITAÇÃO PELO GESTOR) ao Fiscal Administrativo, após a assinatura do contrato, sendo que a primeira aplicação, será iniciada, no máximo, em 15 (quinze) dias ininterruptos, após a assinatura do contrato. Os serviços deverão ser executados em todas as unidades do lote no prazo máximo de 60 dias corridos, e os serviços serão executados em todos os lotes concomitantemente;
2. Os serviços deverão ser executados preferencialmente aos sábados, previamente combinado com o servidor responsável da unidade, e definido conforme a complexidade de cada área, sob a supervisão deste servidor.
3. A Contratada obriga-se a prestar atendimento às solicitações do Contratante para aplicações extraordinárias no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento da solicitação, a fim de eliminar existência de insetos, baratas, ratos, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações, bem como corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo de garantia;
4. A aplicação de veneno contra ataque de escorpiões deverá ocorrer apenas em caráter extraordinário, mediante solicitação do TRT, a ser atendida no prazo máximo de 2 (dois) dias corrido;
5. Em situações de ataques maciços de pragas e insetos ou havendo necessidade de sanitização, consideradas emergenciais a critério do TRT, será solicitada a intervenção da CONTRATADA, que deverá ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) horas, contadas da abertura do chamado pela respectiva Unidade do TRT.

9.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços

1. A Contratada deverá agendar, junto ao fiscal da Unidade do Tribunal, o dia e a hora do início da prestação dos serviços, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, salvo serviços extraordinários e de emergência;
2. Fornecer número de telefone e endereço eletrônico para contato do Preposto, a fim de atender às solicitações do Contratante;

9.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

1. Será acompanhada pelos gestores do contrato, que serão: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almoarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almoarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;
2. A atuação fiscalizadora dos gestores não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao TRT ou a terceiros resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

9.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Gestores
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	Gestores
<input type="checkbox"/>	Outra		

9.6 Forma de recebimento provisório e definitivo

1. Os serviços executados em conformidade com os termos deste contrato serão recebidos definitivamente pelo gestor, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei no 8.666/1993, em até 3 (três) dias úteis após o protocolo da respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, no Setor responsável da Unidade Trabalhista onde serão prestados os serviços.
- 1.1. Para os fins do disposto no caput desta cláusula, o recebimento definitivo dos serviços mensais objeto deste contrato consistirá na atestação da respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, pelo gestor.
- 1.2. Serão rejeitados, total ou parcialmente, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.
- 1.3. Se houver erro nas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, ou a ocorrência do disposto no parágrafo anterior, ou a ausência do relatório completo conforme previsto no item "3" da cláusula quarta, ou ainda qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento suspenso, não podendo a CONTRATADA interromper a execução do contrato até o saneamento das irregularidades. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da CONTRATADA, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.
2. Critérios de aceitação dos serviços:
- 2.1. O aceite se dará pelo servidor responsável da Unidade ou servidor substituto do mesmo onde está sendo executado o serviço, conforme item a seguir, o qual verificará se a execução do serviço foi feita conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos;
- 2.2. Os gestores do contrato serão: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almoarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almoarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;
- 2.3. Caso detecte alguma desconformidade o servidor responsável pelo aceite, responsável pelo atesto da Nota Fiscal, o qual acionará a Contratada para prestar o atendimento às solicitações do Contratante no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da solicitação.

9.7 Forma de pagamento

1. Os pagamentos serão efetuados pelo TRT por meio de ordem bancária, para crédito dos valores na conta corrente indicada pela CONTRATADA, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barra. A ordem bancária de pagamento será emitida no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da entrega da nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, relativa aos serviços concluídos, ao gestor do contrato na Unidade do TRT onde foram prestados os serviços, ficando condicionados os pagamentos ao recebimento definitivo dos serviços e ao disposto nesta cláusula;
2. Na data da emissão da autorização para pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade, ressalvadas as situações em que, comprovadamente, a indisponibilidade dos documentos seja decorrente de caso fortuito ou de força maior. Neste caso, tão logo cessem as situações de caso fortuito ou força maior, serão analisados os documentos da CONTRATADA e, se verificada irregularidade, o contrato poderá ser rescindido por culpa da CONTRATADA, a critério do TRT, nos termos da cláusula dezoito, com a aplicação das penalidades cabíveis.
3. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.
4. Nenhum pagamento será feito enquanto houver pendência no cumprimento de qualquer obrigação decorrente da contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência;
5. O pagamento da fatura somente será efetuado se a Contratada comprovar a regularidade fiscal com as contribuições previdenciárias (INSS), Tributos e Contribuições Federais, Dívida Ativa da União, FGTS (CRF) e CNDT – Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

9.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento

1. O Instrumento de Medição de Resultados (nomenclatura da IN 05/2017 do MPDG para o Acordo de Nível de Serviço) é baseado em um Fator de Qualidade (%), que consiste em um indicador percentual obtido como resultado de avaliações periódicas executadas por servidor indicado como Fiscal do Contrato e busca incluir critério para medir a performance para os serviços contratados;

2. A meta a ser atingida pelas empresas é de 100%, isto é, espera-se que a empresa obtenha o Fator de Qualidade = 100% para que receba integralmente a remuneração pelos serviços contratados;

3. A Faixa de Ajuste no Pagamento Mensal indicada como Fator de Qualidade-FQ será obtida por meio da nota obtida na avaliação mensal efetuada pelo servidor responsável e será aplicada conforme segue:

VF = VS x FQ

VF: Valor de Fatura (parte referente apenas ao serviço de Limpeza);

VS: Valor do Serviço (referente ao valor contratado para o serviço);

FQ: Fator de Qualidade (%) = Faixas de Ajuste no pagamento mensal

4. Para aferição da qualidade da execução do objeto contratado, as partes convencionam o seguinte IMR – Instrumento de Medição de Resultados:

Pontualidade no cumprimento dos prazos no atendimento dos serviços de controle de pragas urbanas, compreendendo: agendamento prévio e a data da execução dos serviços na respectiva Unidade onde os serviços foram executados.

5. Anexo à nota fiscal referente à execução do serviço deverá ser encaminhada a planilha referente ao IMR, conforme Anexo VI.

Pontualidade no cumprimento dos prazos para aplicações semestrais	
Indicador 1	
Finalidade	Garantir a realização tempestiva dos serviços contratados conforme Termo de Referência e Edital
Meta a cumprir	Executar os serviços contratados dentro dos prazos estipulados no cronograma a ser aprovado junto à Fiscalização Administrativa
Instrumento de Medição	Registro de cada ocorrência em planilha própria
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento da execução do contrato pelo fiscal/gestor
Periodicidade	Semestral
Mecanismo de cálculo	nº de dias de atraso
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	- 0 (zero) dias de atraso = 100% (cem por cento); - até 02 (dois) dias de atraso = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento); - de 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso = 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento); - de 6 (seis) a 8 (oito) dias de atraso = 99,00% (noventa e nove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento);
Sanções	Acima de 8 (oito) dias de atraso, conforme cláusula contratual de sanções.
Indicador 2	Pontualidade de atendimento de Aplicações Extraordinárias e Extraordinárias Emergenciais
Finalidade	Garantir atendimento aos chamados para aplicação extraordinária e para aplicação extraordinária emergencial
Meta a cumprir	1. Atendimento em até 2 (dois) dias corridos, contados a partir do chamado, para aplicações extraordinárias emergenciais: a) A aplicação contra ataque de escorpiões a ser executada mediante solicitação do TRT; b) A aplicação visando a eliminação de insetos, baratas, ratos, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações; c) na correção de falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo de garantia; 2. Atendimento em até 6 (seis) horas corridas para aplicações extraordinárias emergenciais, contados a partir do chamado. a) Em situações de ataques maciços de pragas e insetos; b) Na necessidade de sanitização.
Instrumento de Medição	Registro de cada ocorrência em planilha própria, por dia de atraso para o item 1; e por hora de atraso para o item 2
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento da execução do contrato pelo fiscal/gestor
Periodicidade	Por solicitação de aplicação extraordinária
Mecanismo de cálculo	1. Para aplicações extraordinárias: nº de dias em atraso; 2. Para aplicações extraordinárias emergenciais: serão contados e somados os minutos inteiros que excederem o prazo de 30 minutos, para cada chamado de emergência extraordinária ocorridos no mês.
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	1. Para aplicações extraordinárias: - 0 (zero) dias de atraso = 100% (cem por cento); - até 02 (dois) dias de atraso = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento); - de 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso = 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento); - de 6 (seis) a 8 (oito) dias de atraso = 99,00% (noventa e nove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento); 2. Para aplicações extraordinárias emergenciais: - 0 (zero) hora = 100% (cem por cento); - até 6 (seis) horas = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco décimos por cento); - de 6 (seis) a 12 (doze) horas = 99,50% (noventa e nove inteiros e cinquenta décimos por cento); - de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) horas = 99,00% (noventa e nove inteiros por cento).
Sanções	1) Para aplicações extraordinárias: acima de 8 (oito) dias de atraso, conforme cláusula contratual de sanções; 2) Para aplicações extraordinárias emergenciais: acima de 24 (vinte e quatro) horas de atraso, conforme cláusula de sanções.
Indicador 3	Disponibilização de Informações sobre o Serviço Prestado para a Unidade do TRT 15ª Região
Finalidade	Nos locais onde houver a aplicação do produto deverão ser afixadas informações sobre a data de colocação do produto, o produto utilizado, toxicologia, data de validade do lote, telefone do centro de informação toxicológica e dados da empresa: nome, endereço, telefone, CNPJ.
Meta a cumprir	Disponibilizar formulário contendo informações detalhadas sobre o serviço prestado.
Instrumento de Medição	Registro de cada ocorrência em planilha própria, por aplicação
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento da execução do contrato pelo fiscal/gestor
Periodicidade	Por cada aplicação realizada.
Mecanismo de cálculo	Por cumprimento da obrigação, apresentando formulário para o diretor da Unidade.

Faixas de Ajuste no pagamento mensal	- Formulário apresentado = 100% (cem por cento); - após cobrança expressa do gestor e no prazo máximo de 5 dias corridos = 99,00% (noventa e nove por cento); - de 6 (seis) dias até 10 (dez) dias corridos = 98,00 % (noventa e oito por cento); - acima de 11 (onze) dias corridos = 97,00 %; - formulário não apresentado = 90,00% (noventa por cento);
Sanções	Conforme cláusula de sanções, aplicadas além da Faixa de Ajuste no Pagamento.

9.9 Sanções	
<p>1. O atraso injustificado na execução contratual implicará multa correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso; 0,3% (três décimos por cento) por hora de atraso para as emergenciais; 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na prestação de garantia, até o limite de 10% (dez por cento) do respectivo valor total;</p> <p>1.1. O descumprimento das demais obrigações da Contratada implicará multa, por evento, de 0,3% (três décimos por cento) do valor total contratado;</p> <p>(1.2. Nessa hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracteriza o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no Item 17.1 deste Termo, como também a inexecução total contratual.)</p> <p>2. Poderão ser aplicadas subsidiariamente as sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93.</p> <p>3. A penalidade de multa prevista nos itens anteriores poderá ser substituída pela penalidade de advertência, tendo em vista as circunstâncias da execução contratual, garantida a prévia defesa, na forma da lei.</p> <p>4. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.</p> <p>4.1. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.</p> <p>4.2. Em casos excepcionais, autorizados pelo Contratante, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do produto.</p> <p>CANCELAMENTO DO CONTRATO</p> <p>1. Constituem motivos para a rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízo das sanções administrativas dos artigos 86 e 88, todos da Lei nº 8.666/1993;</p> <p>2. O atraso injustificado na execução de qualquer dos serviços por período superior a três vezes o seu prazo normal de execução, caracteriza a inexecução total das obrigações, podendo ensejar, a critério do TRT, a rescisão unilateral do contrato, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, por culpa da contratada;</p> <p>3. Ainda, a rescisão poderá ocorrer quando:</p> <p>a) Não cumprir as exigências do edital de licitação e as condições do Contrato resultante deste procedimento;</p> <p>b) Não aceitar a redução do preço, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;</p> <p>c) Tiver presentes razões de interesse público, desde que oriundas de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado;</p> <p>d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.</p> <p>4. A rescisão do contrato por culpa da Contratada implicará multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total atualizado do contrato;</p>	

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA					
Conforme tabela abaixo:					
Item	Unidade do TRT	Área (m2)	Valor total por aplicação semestral (R\$)	#REF!	Valor para Aplicação Extraordinária contra Escorpiões (R\$)

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO CONTRATOS
--

Data:	13/05/2020
Número do PROAD aberto	9447/2020
Área Demandante:	Coordenadoria de Manutenção e demais unidades do Tribunal
Área Requisitante:	Seção de Conservação e Adequação de Instalações

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses	
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular	
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato	
	<input type="checkbox"/>	Outra justificativa:	A contratação atual tem três empresas, sendo que uma delas está com irregularidade fiscal (LOREMI). Contratações vigentes vencem em dezembro de 2020.
Contratação não é urgente			

Catálogo (CATMAT/CATSER)
Item: 3417 - Descrição: Desinsetização, desratização e dedetização.

1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)
É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?
Não
Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.
1.1 Fundamentação para a opção por SRP:
Não se aplica
1.2 Histórico de consumo:

Não se aplica

1.3 Estimativa de consumo:

Não se aplica

1.4 Quantidade para Consumo Imediato:

Não se aplica

1.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:

Não se aplica

1.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:

Não se aplica

1.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?

Não se aplica

2. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?

Sim

Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):

- RDC Nº 52, de 22 de outubro de 2009 da ANVISA.
- Norma Regulamentadora nº 35/2012 do Ministério do Trabalho - estabelece regras para o trabalho em altura.
- Lei Estadual nº 10.083, de 02 de setembro de 1998, que dispõe sobre o Código Sanitário do Estado de SP.
- Lei nº. 12.305/2010 (Política Nacional de resíduos Sólidos).
- Resolução nº 34, 16 de agosto de 2010, da ANVISA, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para produtos saneantes desinfestantes.
- Portaria CVS nº 09, de 16 de novembro de 2000, que aprova Norma Técnica para Empresas Prestadoras de Serviço de Controle de Vetores e Pragas Urbanas.
- RDC Nº 18/MS/ANVS, de 29 de fevereiro de 2000, que dispõe sobre Normas Gerais para funcionamento de Empresas Especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

3. OBJETO

3.1 Descrição Detalhada do Objeto

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação, antecedida de licitação na modalidade Pregão, por preço global, de empresa especializada na prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas e agentes biológicos, tais como insetos, baratas, roedores, escorpiões, aranhas, etc., englobando desinsetização, dedetização, desratização e assemelhados, inclusive de larvas de mosquitos *Aedes aegypti* nos locais onde possa acumular água, com fornecimento de mão de obra e matéria-prima necessárias ao tratamento químico, aplicação semestral, portanto 02 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses; e a contratação, quando houver necessidade em caráter extraordinário da prestação de serviços de sanitização para eliminação de microorganismos como vírus, bactérias, fungos e ácaros, nas dependências de todos os prédios sob responsabilidade deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

#REF!

#REF!

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.1. Serviços preventivos de desinsetização, dedetização, desratização e assemelhados, inclusive de larvas de mosquitos *Aedes aegypti* deverão ser executados com material atóxico e inodoro;
- 1.2. Os produtos utilizados deverão ser de primeira qualidade e a aplicação será realizada através de micro pulverização, termo nebulização e aplicação de gel para formigas, moscas, escorpiões, insetos rasteiros e oferta de iscas para roedores, conforme legislação e normas vigentes;
- 1.3. Somente poderão ser utilizados os produtos desinfetantes devidamente registrados no Ministério da Saúde e o responsável técnico responde pela sua aquisição, utilização e controle;
- 1.4. Todos os procedimentos de preparo de soluções, a técnica de aplicação, a utilização e a manutenção de equipamentos deverão estar descritos e disponíveis na forma de Procedimentos Operacionais Padronizados;
- 1.5. A Contratada deverá pulverizar todos os focos primários (tubulações, caixas de esgotos, gordura, inspeção e passagens, ralos de banheiro e grelhas, dutos de esgoto, elétricos e telefone, forros, nos telhados, nas divisórias e demais dependências) com produtos comprovadamente eficazes e adequados para atuação nesses locais;
- 1.6. A Contratada deverá efetuar, dentro do período da garantia, tantas aplicações corretivas quantas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos e pragas;
- 1.7. A Contratada obriga-se a prestar atendimento às solicitações do Contratante para aplicações extraordinárias no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento da solicitação, nas seguintes situações:
 - a) para aplicações extraordinárias, a fim de eliminar existência de insetos, baratas, ratos, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações;
 - b) corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo de garantia;
- 1.8. As chamadas para o atendimento de que trata a alínea b, do item anterior, não implicará em qualquer ônus adicional ao valor licitado e correrá às expensas da Contratada;
- 1.9. Durante a realização do procedimento, não é aconselhável que pessoas, fora os profissionais que o estejam realizando, permaneçam no local, devido à toxicidade envolvida e o risco das substâncias serem inaladas;
- 1.10. Após a execução dos serviços, todo o perímetro de intervenção deverá estar desprovido de quaisquer resíduos, vasilhames e embalagens, que serão acondicionados em recipientes adequados e corretamente descartados pela Contratada;
- 1.11. Concluída as aplicações, a área deverá ser entregue limpa e desimpedida de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais. Resta esclarecer que essa limpeza não deve ser feita com alvejantes, produtos de limpeza convencionais, detergentes ou semelhantes, uma vez que a utilização deles pode prejudicar o resultado final do processo, se forem aplicados antes de completadas 24 horas dos serviços;
- 1.12. Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305 /2010;
- 1.13. A empresa contratada deverá fornecer à Unidade onde houver a aplicação do produto, comprovante de execução do serviço contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) nome do cliente; b) endereço do imóvel; c) praga(s) alvo; d) data de execução dos serviços; e) prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo; f) grupo(s) químico (s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); g) nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); h) orientações pertinentes ao serviço executado; i) nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente; h) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e j) identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.
- 1.14. Estar em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;
- 1.15. Aplicar produtos devidamente aprovados pela ANVISA;
- 1.16. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, nos termos da Norma Regulamentadora NR6 do Ministério do Trabalho e Emprego.

MÉTODOS DE COMBATE:

2.1. DESINSETIZAÇÃO: Sistemas de Spray (líquido); gel.

2.1.1. Metodologia de Aplicação de Desinsetização: Nesta aplicação deverá ser utilizado sistema de cruzamento envolvendo aplicação de "spray", gel, "fog", atomizador ou de outros métodos: eficientes desenvolvidos após a licitação, os quais deverão ser executados da seguinte maneira:

- aplicação utilizando o método "spray": composta de produtos químicos devidamente preparados e apropriados para cada local, devendo ser inodoros, não provocarem manchas, semilíquidos, inócuos à saúde humana. Esta aplicação deverá ser utilizada em todos os espaços e locais das edificações do TRT 15ª Região;
- aplicação utilizando o método gel: aplicação específica utilizando equipamentos especiais, os quais irão aplicar o inseticida em todo o mobiliário, equipamentos eletrônicos tais como: computadores, impressoras, telefones, fac-símile. Os produtos deverão ser inodoros, não provocarem manchas, inócuos à saúde humana.

2.2. DESRATIZAÇÃO: Iscas parafinadas e peletizadas e Pó de Contato.

2.2.1. Metodologia de Aplicação de Desratização:

- Estas aplicações deverão ser efetuadas em todos os prédios do TRT 15ª Região, em pontos necessários que constituem foco de roedores, não acessíveis ao contato humano;
- Deverão ser utilizadas iscas parafinadas e peletizadas de pronto uso e pó de contato para combate aos ratos.
- O material a ser utilizado na isca deverá ser eficaz, possuir um poder fulminante, com características de matar os roedores, não permitindo, assim, a circulação de ratos envenenados, bem como não permitir que os ratos, depois de mortos, vão à putrefação, exalando mal cheiro e venham a causar entupimentos nas tubulações.

2.3. SANITIZAÇÃO: serviço de sanitização em ambientes para desinfecção realizada por meio de nebulização a frio, para ambientes internos, utilizando produto químico registrado no ministério da Saúde, à base de quaternário de amônio, de amplo espectro, que elimine e impeça a proliferação de microrganismos como vírus, bactérias, fungos e ácaros de maneira segura e eficaz.

- Deverão ser sanitizados todos os ambientes internos supracitados e suas superfícies sejam elas metálicas, madeiras, vidros, entre outras, incluindo mobiliários, paredes, teto, piso, carpetes, tapetes, persianas, objetos, cadeiras, estofados, portas, janelas, maçanetas, cabinas de elevadores, boteiras, interfonos, interruptores, corrimãos e escadas de acesso internas e externas.
- O produto deverá ser aplicado com nebulizador produzindo névoa fina, sem produção de umidade excessiva, ou resíduos que possam causar danos à equipamentos ou manchas em superfícies, mobiliários e pisos. Deverá ser de baixa toxicidade aos usuários, ao meio ambiente, sem cheiro excessivamente forte e não corrosivo.

TÉCNICAS DE APLICAÇÃO

3.1. PULVERIZAÇÃO: Utilização de produtos usando bomba de alta pressão, com pulverização em leque, atingindo 360º de amplitude, de forma a penetrar em todas as frestas e esconderijos de insetos;

3.2. VAPORIZAÇÃO: Utilização de equipamentos específicos que alcançam insetos aéreos;

3.3. TERMONEBULIZAÇÃO: Divisão de partículas químicas em subpartículas, para áreas de difícil acesso;

3.4. ISCAÇEM: Para controle de roedores, de ação cumulativa, aplicadas em áreas secas;

3.5. GEL: Inseticida à base de hidrametilnona, empregado em locais que inviabilizam a aplicação líquida;

3.6. POLVILHAMENTO: Utilização de produtos em pó usando equipamento apropriado, de forma a penetrar em todas as frestas e esconderijos de insetos.

ÁREAS DE APLICAÇÃO

4.1. Os produtos para combate a insetos e animais nocivos deverão ser aplicados interna e externamente em todos os prédios de Campinas e das unidades do interior, incluindo: a) Áreas de Varas de Trabalho, Gabinetes, Diretorias, Secretarias, Coordenadorias e similares;

b) Áreas de circulação;

c) Áreas das copas;

d) Áreas dos banheiros/sanitários/ralos;

e) Áreas de depósitos;

f) Áreas de auditórios/plenários;

g) Áreas de arquivos;

h) Áreas de biblioteca;

i) Áreas das escadas dos prédios;

j) Áreas dos jardins e árvores de todos os portes;

k) Demais áreas: estacionamentos, garagens, entre outras.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A Contratada deverá emitir um Formulário de Comprovação dos Serviços Executados, conforme modelo do ANEXO III;

5.2. Por ocasião da emissão da fatura, a Contratada deverá encaminhar ao Fiscal Setorial e Gestor do contrato o formulário supramencionado devidamente assinado pelos respectivos responsáveis pelo acompanhamento dos serviços em cada unidade do TRT e pelo responsável técnico da empresa (preposto). Este Formulário de Comprovação de Serviço será anexado à respectiva Nota Fiscal para pagamento;

5.3. Todo serviço insuficiente/defeituoso poderá ser interrompido e/ou refeito quando solicitado pela Fiscalização, sem ônus para o TRT da 15ª Região;

5.4. Os serviços serão prestados dentro dos parâmetros de qualidade e periodicidade estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos, com emprego de pessoal, equipamentos e material suficientes para assegurar plena eficácia na execução, sob inteira responsabilidade da Contratada, quer civil ou administrativamente, observadas as diretrizes emitidas pela Administração do TRT da 15ª Região;

5.5. Os serviços e a movimentação de materiais deverão ser executados sem prejuízo das atividades normais do TRT 15ª região;

5.6. Os locais onde serão executados os serviços deverão ser mantidos limpos e organizados. Após a conclusão, deverão ser retirados todos os materiais, ferramentas e equipamentos, devendo manter a área livre dos resíduos provenientes dos serviços.

6. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS

6.1. Quaisquer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à plena execução dos serviços serão todos fornecidos pela Contratada, a qual deverá:

- Empregar produtos que sejam de boa qualidade, inócuos à saúde humana, que estejam de acordo com a legislação ambiental vigente, não sendo admissível a aplicação de materiais que sejam nocivos à saúde;
- Identificar os equipamentos e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares porventura pertencentes ao Tribunal ou a terceiros.

7. DO ACRÉSCIMO DE NOVAS UNIDADES OU MUDANÇA DE ENDEREÇO

7.1.A eventual criação de novas unidades ou mudança de prédio de unidades existentes do TRT deverão ser acomodadas neste contrato, por acréscimo ou supressão contratual, nos termos do art. 65, parágrafo primeiro, da Lei 8.666/1993.

7.1.1. Os acréscimos serão processados mediante prévia apresentação pela Contratada de orçamento para esse fim, que deverá considerar a metragem e as especificidades do novo prédio, devendo consignar, ainda, justificativa detalhada para as seguintes hipóteses:

- Para unidades novas, em cidades que ainda não possuem outras unidades do TRT, caso o preço por metro quadrado exceda ao valor médio cobrado por metro quadrado, considerados os preços por metro quadrado de todas as unidades da respectiva circunscrição; e
- Para mudança de prédio de unidades já contempladas por esta contratação, caso o valor por metro quadrado seja superior ao valor por metro quadrado praticado para o prédio antigo.

8. PRAZOS E QUANTITATIVOS CONTRATADOS:

8.1.Os serviços serão realizados nas dependências dos prédios do TRT 15ª Região, de acordo com cronograma de execução a ser apresentado pela Contratada em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis ao Fiscal Administrativo, após a assinatura do contrato, sendo que a primeira aplicação, será iniciada, no máximo, em 15 (quinze) dias ininterruptos, após a assinatura do contrato. Os serviços deverão ser executados em todas as unidades do lote no prazo máximo de 60 dias corridos, e os serviços serão executados em todos os lotes concomitantemente;

8.2. Os serviços extraordinários poderão ser solicitados após a assinatura do contrato, e deverão ser atendidas no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos, conforme segue:

- A aplicação contra ataque de escorpiões a ser executada mediante solicitação do TRT;
- A aplicação visando a eliminação de insetos, baratas, ratos, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações;
- (c) Em situações de ataques maciços de pragas e insetos;
- 8.3. Os serviços extraordinários consideradas emergenciais a critério do TRT, poderão ser solicitados após a assinatura do contrato, e deverão ser atendidas no prazo máximo de 6 (seis) horas, contadas da abertura de chamado pela respectiva Unidade do Tribunal, conforme segue:
 - Em situações de ataques maciços de pragas e insetos;
 - Na necessidade de sanitização.

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto;

9.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

10. CONSIDERAÇÕES GERAIS

10.1 Materiais/equipamentos e produtos a serem utilizados são de responsabilidade da Contratada para o desempenho dos serviços;

10.2 A prestação de serviços de que trata este Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação

10.3 No curso do contrato poderá ser admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique

10.4 Fazem parte e integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os Anexos de I a V.

4. EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 Local e horário da prestação dos serviços

Locais de Prestação dos Serviços: Conforme Anexo I.

Se necessário, contatar a Seção de Conservação Adequação Instalações da Coordenadoria de Manutenção, pelo email instalacoes.manutencao@trt15.jus.br ou telefone (19) 3231-9500, ramais 2505/2508, das 12 h às 18 h -

O contato com os diretores responsáveis pelas Unidades deverá ser feito por email ou telefone disponível no site no Tribunal: <https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas>

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Outros:			

4.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber

- Os serviços serão realizados nas dependências dos prédios do TRT 15ª Região, de acordo com cronograma de execução a ser apresentado pela Contratada em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis (A CONTAR DA SOLICITAÇÃO PELO GESTOR) ao Fiscal Administrativo, após a assinatura do contrato, sendo que a primeira aplicação, será iniciada, no máximo, em 15 (quinze) dias ininterruptos, após a assinatura do contrato. Os serviços deverão ser executados em todas as unidades do lote no prazo máximo de 60 dias corridos, e os serviços serão executados em todos os lotes concomitantemente;
- Os serviços deverão ser executados preferencialmente aos sábados, previamente combinado com o servidor responsável da unidade, e definido conforme a complexidade de cada área, sob a supervisão deste servidor.
- A Contratada obriga-se a prestar atendimento às solicitações do Contratante para aplicações extraordinárias no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento da solicitação, a fim de eliminar existência de insetos, baratas, ratos, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações, bem como corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo de garantia;
- A aplicação de veneno contra ataque de escorpiões deverá ocorrer apenas em caráter extraordinário, mediante solicitação do TRT, a ser atendida no prazo máximo de 2 (dois) dias corrido;
- Em situações de ataques maciços de pragas e insetos ou havendo necessidade de sanitização, consideradas emergenciais a critério do TRT, será solicitada a intervenção da CONTRATADA, que deverá ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) horas, contadas da abertura do chamado pela respectiva Unidade do TRT.

4.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços

1. A Contratada deverá agendar, junto ao fiscal da Unidade do Tribunal, o dia e a hora do início da prestação dos serviços, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, salvo serviços extraordinários e de emergência;

2. Fornecer número de telefone e endereço eletrônico para contato do Preposto, a fim de atender às solicitações do Contratante;

4.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Gestores
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	Gestores
<input type="checkbox"/>	Outra		

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. SUSTENTABILIDADE

Há critérios de sustentabilidade a serem observados?

Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:

Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:

grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
Todos os grupos	Todos os itens	Diretrizes	Para a prestação dos serviços, objeto do presente Termo de Referência, a Contratada deverá obedecer às diretrizes discriminadas no Guia Prático de inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações da Justiça do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho: a) Preferência por produtos de baixo impacto ambiental; b) Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; c) Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei 12.305/2010); d) Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos.
Todos os grupos	Todos os itens	5.2.7. Serviços de Controle de Vetores e Pragas Urbanas	Para os Serviços de Controle de Vetores e Pragas Urbanas, tais como desinsetização, desratização, descupinização, a contratada também deve: a) Estar em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos; b) Aplicar produtos devidamente aprovados pela ANVISA; c) Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010; d) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, nos termos da Norma Regulamentadora NR 6 do MTE.
		5.3.7. Nas Condições de Trabalho	Em relação às condições de trabalho da mão de obra devem ser exigidos das empresas contratadas: a) Atendimento às normas regulamentadoras expedidas pelo MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho; b) Adesão, por meio de cláusula contratual, ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - Programa Trabalho Seguro, instituído no âmbito da Justiça do Trabalho, voltado à promoção da saúde do trabalhador, à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), nos termos da Resolução nº 96, de 23 de março de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; c) Adesão, por meio de cláusula contratual, ao "Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho", firmado entre o Governo Federal e as entidades patronais e representativas dos trabalhadores no dia 1º de março de 2012, visando à aplicação e efetividade das Diretrizes nele estabelecidas; d) Emprego de egressos do sistema carcerário e/ou cumpridores de medidas ou penas alternativas em percentual não inferior a 2%, segundo o que preconizam as Resoluções CNJ 114, de 20 de abril de 2010 e CSJT 70, de 24 de setembro de 2010; e) Capacitação de todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de duas horas mensais, com ênfase na prevenção de acidentes, conforme a Resolução CNJ 98/2012.

Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			
Não se aplica			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 2ª edição do CSJT:			
www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=750deba9-30cc-4ead-a04c-6fcf316c9e8e&groupId=955023			

5.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	
<p>1. Executar o objeto contratado dentro dos padrões de saúde, por intermédio de pessoas devidamente qualificadas, sendo que todos os produtos e materiais necessários à execução dos serviços ficarão sob a guarda e responsabilidade da empresa;</p> <p>2. Designar, na data da assinatura do contrato, Preposto, qual seja um profissional (nome e telefone), inscrito no conselho respectivo, de acordo com a Portaria nº 09 de novembro de 2000 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar no tocante à atuação dos trabalhadores (art. 68 da Lei 8.666/93). Tal profissional reporta-se à ao fiscal administrativo do contrato;</p> <p>2.1 O Responsável Técnico da Contratada deverá apresentar declaração de responsabilidade, conforme ANEXO V;</p> <p>3. O Preposto deverá prestar os devidos esclarecimentos e atender todas as demandas relacionadas ao objeto que porventura surgirem durante a execução do serviço;</p> <p>4. A Contratada deverá agendar, junto ao fiscal da Unidade do Tribunal, o dia e a hora do início da prestação dos serviços, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, salvo serviços extraordinários e de emergência;</p> <p>5. Fornecer número de telefone e endereço eletrônico para contato do Preposto, a fim de atender às solicitações do Contratante;</p> <p>6. A empresa Contratada deverá dar garantia dos serviços prestados, utilizar produtos com registro no Ministério da Saúde e atender as exigências e normas, inclusive de segurança e ambientais, quando instituídas pelas Agências e Órgãos Oficiais reguladores e/ou fiscalizadores;</p> <p>7. A Contratada assumirá total responsabilidade por todos os danos eventualmente causados a pessoas e ao patrimônio do TRT 15ª Região, prédios de Campinas e demais unidades do Interior do estado, decorrentes da execução dos serviços, promovendo o ressarcimento dos danos decorrentes da execução dos serviços;</p> <p>8. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com ele, ainda que ocorrido nas dependências do Contratante;</p> <p>9. A Contratada assumirá total responsabilidade pela execução e cumprimento dos prazos e garantias dos serviços;</p> <p>10. A Contratada deverá realizar os serviços aos sábados preferencialmente, domingos e feriados, na data, hora e local estipulados pelo Contratante;</p> <p>11. A solicitação dos serviços vinculados ao contrato dar-se-á preferencialmente por escrito, podendo a Contratada ser acionada por telefone em casos extraordinários;</p> <p>12. Os funcionários da Contratada apresentar-se-ão ao local da execução devidamente uniformizados e deverão utilizar todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados à cada serviço a ser executado, salientando que os mesmos deverão atender à todos os protocolos de segurança individuais frente à pandemia de Covid-19 publicadas pelo Tribunal e seus Órgãos superiores; pelos Órgãos de Controle de Saúde; em decretos Municipais, Estaduais ou Federais; ou outros que vierem a ser publicados. A Contratada será responsável pelo fornecimento aos seus prestadores de serviço de todos os EPI's, exigindo e fiscalizando sua utilização durante a execução dos serviços;</p> <p>13. Os serviços serão executados de acordo com as instruções administrativas determinadas pelo Contratante através da Unidade responsável pela fiscalização dos serviços contratados;</p> <p>14. A Contratada deverá utilizar profissionais em número adequado para execução dos serviços propostos;</p> <p>15. A Contratada deverá utilizar equipamentos em número suficiente para a aplicação dos produtos sem interrupção, bem como munir-se de equipamentos reservas para possíveis substituições em caso de defeito;</p> <p>16. A Contratada não poderá submeter seus funcionários e terceiros à exposição direta aos produtos aplicados;</p> <p>17. Em havendo cisão, incorporação, fusão ou mudança da razão social da empresa Contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, pelo Contratante, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação de riscos de insucesso na execução do objeto contratado;</p> <p>18. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem prévia anuência do Contratante;</p> <p>19. Assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, devendo garantir a qualidade dos materiais e mão-de-obra empregados na execução dos mesmos;</p> <p>20. Apresentar, até 05 (cinco) dias úteis antes de iniciar efetivamente os serviços CRONOGRAMA FÍSICO das tarefas que realizará ao longo dos mesmos, consoante este Termo de Referência, para aprovação do fiscal administrativo do contrato, informando: os locais que serão atendidos, a data e o prazo da execução dos serviços;</p> <p>21. Efetuar, de imediato, o afastamento de qualquer funcionário das dependências do TRT 15ª Região, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços;</p> <p>22. O Contratante se reserva o direito de solicitar, apresentando a devida justificado, a substituição de qualquer funcionário da Contratada que esteja executando serviços objeto deste contrato, obrigando-se a Contratada a providenciar, imediatamente, substituto para o pessoal rejeitado, de maneira que os serviços não sofram interrupção ou atraso;</p> <p>23. Obedecer às Normas de segurança e medicina do trabalho para este tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, conforme disposto no subitem 12 acima;</p> <p>24. A empresa deverá ser responsável por qualquer dano causado ao imóvel durante a execução dos serviços;</p> <p>25. Comunicar, por escrito, imediatamente, ao fiscal do contrato, a impossibilidade de qualquer obrigação contratual, para adoção de providências cabíveis;</p> <p>26. Locais, datas e horários de início e conclusão das tarefas, atestando o cumprimento dos prazos previstos no Cronograma Físico, mediante a apresentação do formulário do ANEXO IV;</p> <p>27. Apresentar Formulário de Comprovação de Serviços Executados, conforme Anexo III, juntamente com a nota fiscal ao Gestor do Contrato, devidamente preenchido e assinado pelos responsáveis;</p> <p>28. A empresa contratada deverá fornecer à Unidade onde houver a aplicação do produto, comprovante de execução do serviço contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) nome do cliente; b) endereço do imóvel; c) praga(s) alvo; d) data de execução dos serviços; e) prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo; f) grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); g) nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); h) orientações pertinentes ao serviço executado; i) nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente; j) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e j) identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.</p> <p>29. Comprovar não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004, na forma da Resolução CSJT nº 103/2012;</p> <p>30. Comprovar não ter sido condenada, a Contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105, na forma da Resolução CSJT nº 103/2012;</p> <p>31. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos equipamentos, materiais e pessoal assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação, respondendo por quaisquer danos causados até a entrega final dos serviços;</p> <p>32. Providenciar todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com impostos, taxas, fretes, estiva, contribuições sociais e demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação assumida;</p> <p>33. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência e seus Anexos, sem prévia anuência do Contratante;</p> <p>34. A responsabilidade do contrato permanecerá sendo da Contratada ainda que haja transferência do objeto de que trata o subitem anterior.</p> <p>35. Cabe à Contratada o controle efetivo e restrito de incidências de roedores, insetos e principais pragas urbanas como formigas e escorpiões, mantendo-os em patamares mínimos, aumentando a frequência de aplicação quando e onde se fizer necessário.</p> <p>36. A Contratada deverá designar responsável a ser contratado para atender às necessidades exigidas no controle de incidências, não sendo obrigatória a sua permanência em período integral nas dependências do Tribunal ou de suas unidades.</p>	
6. GARANTIA DO OBJETO E DO CONTRATO	
6.1 Garantia do objeto	
Especificar o objeto e a qual grupo se refere:	
Todos os serviços prestados pela CONTRATADA, terão garantia de 90 (noventa) dias por cada etapa de aplicação, contados a partir do atesto da nota fiscal/fatura pelo fiscal do contrato.	
A CONTRATADA garantirá a qualidade dos serviços prestados, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do instrumento contratual e se responsabilizará pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do Art. 70 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores, sendo responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.	
Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.	
6.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)	
A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:	
1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;	
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e	
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.	
3%	
Justificativa	Garantida para cumprimento das obrigações contratuais.
6.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia	

1. Será acompanhada pelos gestores do contrato, que serão: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almoarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almoarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;

2. A atuação fiscalizadora dos gestores não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao TRT ou a terceiros resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (TRT)

1. Gerenciar o Contrato;
2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
3. Cumprir fielmente o Contrato;
4. Permitir o acesso dos empregados da empresa Contratada a fim de que possa executar suas tarefas, na forma estabelecida pelo Contratante;
5. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela Contratada, desde que pertinentes ao objeto;
6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados que estejam em desacordo com as especificações técnicas anteriormente apresentadas;
7. Efetuar o pagamento após a apresentação da fatura/NF pela Contratada nas condições estipuladas no contrato;
8. Exercer a fiscalização dos serviços, por meio de servidores especialmente designados, e documentar as ocorrências havidas;
9. Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitados pela Contratada, desde que atendidas às obrigações contratuais;
10. Agendar reunião com a Contratada, quando necessário;
11. Rejeitar os serviços que estiverem em desacordo com as especificações previstas no Termo de Referência e seus Anexos e notificar a CONTRATADA.

8. VALOR

8.1 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)

Conforme tabela abaixo:

Item	Unidade do TRT	Área (m2)	Valor total por aplicação semestral (R\$)	#REF!	Valor para Aplicação Extraordinária contra Escorpiões (R\$)

9. EQUIPE DE GESTÃO

Gestor do Contrato:	Os gestores do contrato serão: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almoarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almoarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Os demandantes do contrato são: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almoarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almoarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;
Fiscal Técnico do Contrato:	Ildevan Domingues Andrade
Fiscal Administrativo	André Luis Tomadão (titular) e Carlos Rodrigues da Silva (suplente)

10. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Indicador 1		Pontualidade no cumprimento dos prazos para aplicações semestrais
Finalidade	Garantir a realização tempestiva dos serviços contratados conforme Termo de Referência e Edital	
Meta a cumprir	Executar os serviços contratados dentro dos prazos estipulados no cronograma a ser aprovado junto à Fiscalização Administrativa	
Instrumento de Medição	Registro de cada ocorrência em planilha própria	
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento da execução do contrato pelo fiscal/gestor	
Periodicidade	Semestral	
Mecanismo de cálculo	nº de dias de atraso	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	- 0 (zero) dias de atraso = 100% (cem por cento); - até 02 (dois) dias de atraso = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento); - de 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso = 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento); - de 6 (seis) a 8 (oito) dias de atraso = 99,00% (noventa e nove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento);	
Sanções	Acima de 8 (oito) dias de atraso, conforme cláusula contratual de sanções.	
Indicador 2		Pontualidade de atendimento de Aplicações Extraordinárias e Extraordinárias Emergenciais
Finalidade	Garantir atendimento aos chamados para aplicação extraordinária e para aplicação extraordinária emergencial	
Meta a cumprir	1. Atendimento em até 2 (dois) dias corridos, contados a partir do chamado, para aplicações extraordinárias emergenciais: a) A aplicação contra ataque de escorpiões a ser executada mediante solicitação do TRT; b) A aplicação visando a eliminação de insetos, baratas, ratos, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações; c) na correção de falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo de garantia; 2. Atendimento em até 6 (seis) horas corridas para aplicações extraordinárias emergenciais, contados a partir do chamado. a) Em situações de ataques maciços de pragas e insetos; b) Na necessidade de sanitização.	

Instrumento de Medição	Registro de cada ocorrência em planilha própria, por dia de atraso para o item 1; e por hora de atraso para o item 2
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento da execução do contrato pelo fiscal/gestor
Periodicidade	Por solicitação de aplicação extraordinária
Mecanismo de cálculo	1. Para aplicações extraordinárias: nº de dias em atraso; 2. Para aplicações extraordinárias emergenciais: serão contados e somados os minutos inteiros que excederem o prazo de 30 minutos, para cada chamado de emergência extraordinária ocorridos no mês.
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	1. Para aplicações extraordinárias: - 0 (zero) dias de atraso = 100% (cem por cento); - até 02 (dois) dias de atraso = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento); - de 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso = 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento); - de 6 (seis) a 8 (oito) dias de atraso = 99,00% (noventa e nove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento); 2. Para aplicações extraordinárias emergenciais: - 0 (zero) hora = 100% (cem por cento); - até 6 (seis) horas = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco décimos por cento); - de 6 (seis) a 12 (doze) horas = 99,50% (noventa e nove inteiros e cinquenta décimos por cento); - de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) horas = 99,00% (noventa e nove inteiros por cento).
Sanções	1) Para aplicações extraordinárias: acima de 8 (oito) dias de atraso, conforme cláusula contratual de sanções; 2) Para aplicações extraordinárias emergenciais: acima de 24 (vinte e quatro) horas de atraso, conforme cláusula de sanções.
Indicador 3	Disponibilização de Informações sobre o Serviço Prestado para a Unidade do TRT 15ª Região
Finalidade	Nos locais onde houver a aplicação do produto deverão ser afixadas informações sobre a data de colocação do produto, o produto utilizado, toxicologia, data de validade do lote, telefone do centro de informação toxicológica e dados da empresa: nome, endereço, telefone, CNPJ.
Meta a cumprir	Disponibilizar formulário contendo informações detalhadas sobre o serviço prestado.
Instrumento de Medição	Registro de cada ocorrência em planilha própria, por aplicação
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento da execução do contrato pelo fiscal/gestor
Periodicidade	Por cada aplicação realizada.
Mecanismo de cálculo	Por cumprimento da obrigação, apresentando formulário para o diretor da Unidade.
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	- Formulário apresentado = 100% (cem por cento); - após cobrança expressa do gestor e no prazo máximo de 5 dias corridos = 99,00% (noventa e nove por cento); - de 6 (seis) dias até 10 (dez) dias corridos = 98,00 % (noventa e oito por cento); - acima de 11 (onze) dias corridos = 97,00 %; - formulário não apresentado = 90,00% (noventa por cento);
Sanções	Conforme cláusula de sanções, aplicadas além da Faixa de Ajuste no Pagamento.
11. FATURAMENTO	
Gestor do Contrato:	Os gestores do contrato serão: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almoxarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almoxarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;

12. FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO
<p>1. Os serviços executados em conformidade com os termos deste contrato serão recebidos definitivamente pelo gestor, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei no 8.666/1993, em até 3 (três) dias úteis após o protocolo da respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, no Setor responsável da Unidade Trabalhista onde serão prestados os serviços.</p> <p>1.1. Para os fins do disposto no caput desta cláusula, o recebimento definitivo dos serviços mensais objeto deste contrato consistirá na atestação da respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, pelo gestor.</p> <p>1.2. Serão rejeitados, total ou parcialmente, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.</p> <p>1.3. Se houver erro nas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, ou a ocorrência do disposto no parágrafo anterior, ou a ausência do relatório completo conforme previsto no item "3" da cláusula quarta, ou ainda qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento suspenso, não podendo a CONTRATADA interromper a execução do contrato até o saneamento das irregularidades. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da CONTRATADA, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.</p> <p>2- Critérios de aceitação dos serviços:</p> <p>2.1. O aceite se dará pelo servidor responsável da Unidade ou servidor substituto do mesmo onde está sendo executado o serviço, conforme item a seguir, o qual verificará se a execução do serviço foi feita conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos;</p> <p>2.2. Os gestores do contrato serão: para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945: Coordenadoria de Manutenção; para o prédio do Anexo Almoxarifado, o Assistente Chefe da Seção de Almoxarifado; para o prédio do Anexo Betel será o Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário; para os prédios de Fóruns Trabalhistas será o Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do FT e para as Varas do Trabalho será o Diretor responsável pela VT;</p> <p>2.3. Caso detecte alguma desconformidade o servidor responsável pelo aceite, responsável pelo atesto da Nota Fiscal, o qual acionará a Contratada para prestar o atendimento às solicitações do Contratante no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da solicitação.</p>

13. FORMA DE PAGAMENTO
<p>1. Os pagamentos serão efetuados pelo TRT por meio de ordem bancária, para crédito dos valores na conta corrente indicada pela CONTRATADA, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barra. A ordem bancária de pagamento será emitida no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da entrega da nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, relativa aos serviços concluídos, ao gestor do contrato na Unidade do TRT onde foram prestados os serviços, ficando condicionados os pagamentos ao recebimento definitivo dos serviços e ao disposto nesta cláusula;</p> <p>2. Na data da emissão da autorização para pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade, ressalvadas as situações em que, comprovadamente, a indisponibilidade dos documentos seja decorrente de caso fortuito ou de força maior. Neste caso, tão logo cessem as situações de caso fortuito ou força maior, serão analisados os documentos da CONTRATADA e, se verificada irregularidade, o contrato poderá ser rescindido por culpa da CONTRATADA, a critério do TRT, nos termos da cláusula dezesseis, com a aplicação das penalidades cabíveis.</p> <p>3. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.</p> <p>4. Nenhum pagamento será feito enquanto houver pendência no cumprimento de qualquer obrigação decorrente da contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência;</p> <p>5. O pagamento da fatura somente será efetuado se a Contratada comprovar a regularidade fiscal com as contribuições previdenciárias (INSS), Tributos e Contribuições Federais, Dívida Ativa da União, FGTS (CRF) e CNDT – Certidão Negativa de Débito Trabalhista;</p>

14. PRAZO DE VIGÊNCIA
30 meses, prorrogável por igual e sucessivo período.
Outro

14.1 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual	
<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação
<input checked="" type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas
<input type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível
Outra opção:	

14.2 Ações de transição contratual e de encerramento contratual	
Conciliação do final da vigência de contratos com mesmo objeto.	
É necessário sobreposição contratual?	
Não se aplica	
14.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação	
Não se aplica	
14.2.2. Devolução de recursos materiais	
Não se aplica	

15. SANÇÕES
1. O atraso injustificado na execução contratual implicará multa correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso; 0,3% (três décimos por cento) por hora de atraso para as emergenciais; 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na prestação de garantia, até o limite de 10% (dez por cento) do respectivo valor total; 1.1. O descumprimento das demais obrigações da Contratada implicará multa, por evento, de 0,3% (três décimos por cento) do valor total contratado; (1.2. Nessa hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracteriza o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no Item 17.1 deste Termo, como também a inexecução total contratual.)
2. Poderão ser aplicadas subsidiariamente as sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93.
3. A penalidade de multa prevista nos itens anteriores poderá ser substituída pela penalidade de advertência, tendo em vista as circunstâncias da execução contratual, garantida a prévia defesa, na forma da lei.
4. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.
4.1. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.
4.2. Em casos excepcionais, autorizados pelo Contratante, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do produto.
CANCELAMENTO DO CONTRATO
1. Constituem motivos para a rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízo das sanções administrativas dos artigos 86 e 88, todos da Lei nº 8.666/1993;
2. O atraso injustificado na execução de qualquer dos serviços por período superior a três vezes o seu prazo normal de execução, caracteriza a inexecução total das obrigações, podendo ensejar, a critério do TRT, a rescisão unilateral do contrato, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, por culpa da contratada;
3. Ainda, a rescisão poderá ocorrer quando: a) Não cumprir as exigências do edital de licitação e as condições do Contrato resultante deste procedimento; b) Não aceitar a redução do preço, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; c) Tiver presentes razões de interesse público, desde que oriundas de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado; d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
4. A rescisão do contrato por culpa da Contratada implicará multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

ANEXO I

1. Dias e Horários de Execução

Os serviços serão executados, de acordo com cronograma a ser fornecido pela empresa ao TRT, podendo os mesmos serem realizados em sábados, domingos e feriados, previamente combinado com a administração e definido conforme a complexidade de cada área, sob a supervisão da Administração do TRT

2. Área de construção das unidades

LOTE 1 = CIRCUNSCRIÇÃO I			
Item	Localidade/endereço	Área Interna (m²)	Área Externa (m²)
1-1	Americana Av Nossa Senhora de Fátima , 3000	1.439,08	740,71
1-2	Amparo Av. Bernardino de Campos, 7	469,14	50,78
1-3	Araras Praça Barão de Araras, 171 – 2º pavimento	770,12	0,00
1-4	Atibaia Rua João Pires, 1200	1.219,85	425,83
1-5	Bragança Paulista Av. dos Imigrantes, 1387	765,22	454,07
1-6	Campinas - Ed.-Sede Judiciário Rua Barão de Jaguará, 901	26.381,79	355,05
1-7	Campinas - Edifício Sede Adm Rua Conceição, 150	10.588,53	319,35
1-8	Campinas - Anexo Barão 945 Barão de Jaguará, 945	993,30	11,98
1-9	Campinas - Anexo Administrat. II (almox) Rua Ângela Signori Grigol, 05	3.663,88	7.976,12
1-10	Campinas - Anexo Administrat. III (Amarais) Av. Dário Freire Meireles, 335	1.424,44	156,00
1-11	Paulínia - Arquivo Betel Av. Joaquim Arico, 34	3.700,00	1.859,90
1-12	Campinas - Fórum Trabalhista Av. José de Souza Campos, 422	17.133,36	2.657,77
1-13	Campinas - Casa Anexa ao FT Campinas Rua Odila Maria Rocha Brito, 77	393,29	0,00
1-14	Campo Limpo Paulista Av. Adherbal da Costa Moreira, 1055	1.196,80	221,40
1-15	Capivari Rua General Osório, 1174/1188	986,52	315,13
1-16	Espírito Santo do Pinhal Rua Dr. João Mendes, 126	295,92	88,15
1-17	Hortolândia Av. Anhanguera, 252	454,00	129,50
1-18	Indaiatuba Rua das Primaveras, 3021	944,48	1.084,16
1-19	Itapira Rua Conselheiro Dantas, 79	1.123,94	145,59
1-20	Itatiba Avenida da Saudade, 584	1.505,52	1.082,18
1-21	Itu Rua Santa Cruz, 533	970,59	828,30
1-22	Jundiaí Rua da Padroeira, 499	3.681,33	1.173,83
1-23	Leme Rua Newton Prado, 148	640,05	61,95
1-24	Limeira Rua Henrique Jacobs, 2040	2.550,00	3.817,97
1-25	Mogi Guaçu Avenida Brasil, 4801	1.064,06	4.213,47
1-26	Mogi Mirim Rua Luiz Gonzaga Guerreiro, 80	685,00	666,10
1-27	Paulínia Av dos Expedicionários, 1500	1.695,93	530,62
1-28	Pedreira Rua Presidente Getúlio Vargas, 150	185,60	0,00
1-29	Piracicaba Rua João Pedro Correa, 810	2.005,35	5.959,84

1-30	Rio Claro Avenida Cidade Judiciária, 289	1.067,23	9.473,16
1-31	Salto Rua José Galvão, 196	861,00	279,87
1-32	Santa Bárbara D'Oeste Rua General Osório, 83	878,70	396,70
1-33	São João da Boa Vista Rua Luis Previeiro, 91	633,12	1.152,15
1-34	Sumaré Rua Ernesto Barijan, 645	987,30	1.168,97
TOTAL		93.354,44	47.796,60

LOTE 2 = CIRCUNSCRIÇÃO II			
Item	Localidade/endereço	Área Interna	Área Externa
2-1	Capão Bonito Rua Rafael Machado Neto, 328	700,22	742,31
2-2	Itanhaém Av. Rui Barbosa, 12	937,47	125,99
2-3	Itapetininga Rua Quintino Bocaiuva, 784	796,84	955,95
2-4	Itapeva Av Dr José Ermirio de Moraes, 1070	1.432,60	439,35
2-5	Itararé Rua 28 de Agosto, 375	518,93	70,38
2-6	Piedade Rua José Batista, 152 (2º e 3º pavimentos)	635,24	105,29
2-7	Registro Av. Clara Gianotti de Souza, 1555	732,88	918,29
2-8	São Roque Rua Dr. Ângelo Menegusso, 550	960,43	1.738,24
2-9	Sorocaba Rua MinistroCoqueijo Costa, 61	2.314,38	2.102,00
2-10	Tatui Rua José Bonifácio, 170	1.205,01	795,61
2-11	Tietê Rua do Comércio, 511	774,92	76,38
TOTAL		11.008,92	8.069,79

LOTE 3 = CIRCUNSCRIÇÃO III			
Item	Localidade/endereço	Área Interna	Área Externa
3-1	Aparecida Av. Padroeira do Brasil 437	623,08	132,25
3-2	Caçapava Rua Treze de Maio, 40 (salas 15 a 28)	608,40	45,87
3-3	Campos do Jordão Rua José da Matta, 105	350,00	0,00
3-4	Caraguatatuba Av. Presciliana de Castilho, 600	923,91	277,85
3-5	Cruzeiro Rua Sebastião Vieira da Silva, 101	805,03	664,17
3-6	Guaratinguetá Rua Prof. Sylvio José M. Coelho, 33 e 45	601,19	286,07
3-7	Jacarei Av. Pensilvânia 412	1.508,00	765,30
3-8	Lorena Av. Dr. Peixoto de Castro, 360	510,78	603,48
3-9	Pindamonhangaba Rua Dr. Octávio Oscar C. de Souza, 85	475,97	457,06
3-10	São José dos Campos Rua Juiz David Barrilli, 85	3.738,49	6.446,85
3-11	São Sebastião Alameda Vereador Mário Olegário Leite, 55	413,54	29,25
3-12	Taubaté Av. Brigadeiro José Vicente de Faria Lima, s/nº	2.157,74	0,00
3-13	Ubatuba Av. Rio Grande do Sul, 691	504,42	68,81

TOTAL	13.220,55	9.776,96
--------------	------------------	-----------------

LOTE 4 = CIRCUNSCRIÇÃO IV			
Item	Localidade/endereço	Área Interna	Área Externa
4-1	Araraquara Av. José Bonifácio, 176	3.826,16	319,21
4-2	Batatais Av. General Osório, 294	773,00	637,51
4-3	Bebedouro Rua Dr. Oscar Werneck, 634	751,47	521,57
4-4	Cajuru Rua Coronel Manoel Caetano, 181	1.032,27	79,74
4-5	Cravinhos Av. Fagundes, 196	1.354,57	103,18
4-6	Franca Rua Frei Germano, 2310	1.633,83	427,55
4-7	Ituverava Praça Deputado Hêlvio Nunes da Silva, 226	637,18	376,33
4-8	Jaboticabal Rua José Bonifácio, 497	1.086,75	1.523,11
4-9	Jaboticabal - Arquivo Praça do Café, 240	114,40	0,00
4-10	Matão Rua Jundiá, 1270	462,81	506,08
4-11	Matão - Arquivo Rua João Pessoa, 1594	123,79	0,00
4-12	Mococa Praça Marechal Deodoro, 66	448,48	109,00
4-13	Morro Agudo Rua das Margaridas, 119	409,05	81,65
4-14	Orlândia Av. Quatro, 290	555,60	105,20
4-15	Pirassununga Av. Padre Antonio Vann Ess, 1241	497,04	1.307,38
4-16	Porto Ferreira Av. Júlio de Oliveira Dorta, 950	1.446,43	1.085,06
4-17	Ribeirão Preto-FT Rua Afonso Taranto, 105	4.588,82	3.880,11
4-18	Preto - Arquivo Av. Vereador Manir Calil, 349 - Alto da Boa Vista	2.391,00	2.888,66
4-19	São Carlos Rua José Bonifácio, 888	1.652,40	87,55
4-20	São Joaquim da Barra Rua Voluntário Geraldo, 1636	511,42	292,31
4-21	São José do Rio Pardo Rua Coronel Marçal, 70	606,65	49,07
4-22	Sertãozinho Rua Antonio Seron, 254	2.479,02	290,31
4-23	Taquaritinga Av. Vicente José Parise, 1380	725,00	287,97
TOTAL		28.107,14	14.958,55

LOTE 5 = CIRCUNSCRIÇÃO V			
Item	Localidade/endereço	Área Interna	Área Externa
5-1	Andradina Rua Corumbá, 901	653,38	546,62
5-2	Andradina - Arquivo Rua Paulo Marim, 805 - Vila Rica	100,00	0,00
5-3	Araçatuba	1.507,84	415,10
5-4	Birigüi Av. Yuseff Ismail Mansour, 300	658,03	161,76
5-5	Lins Rua Val de Palmas, 168	734,28	157,49
5-6	Penápolis Pça. Dr. Carlos Sampaio Filho, 25	516,34	253,18

TOTAL	4.169,87	1.534,15
--------------	-----------------	-----------------

LOTE 6 = CIRCUNSCRIÇÃO VI			
Item	Localidade/endereço	Área Interna	Área Externa
6-1	Adamantina Avenida Rio Branco, 1939	1.054,78	740,71
6-2	Assis Rua Walter Antonio Fontana, 625	1.749,20	474,80
6-3	Dracena Rua Santos Dumont, 520	782,20	427,80
6-4	Presidente Prudente Avenida Quatorze de Setembro, 1080	3.750,27	1.196,97
6-5	Presidente Venceslau Rua General Osório, 37	609,63	475,45
6-6	Rancharia Av. Pedro de Toledo, 919-929	642,79	242,70
6-7	Rancharia - Arquivo Rua Marcilio Dias, 719	108,68	0,00
6-8	Teodoro Sampaio Rua Alberto Amador, 774	912,61	757,76
6-9	Tupã Rua Nhambiquaras, 604	728,03	345,76
TOTAL		10.338,19	4.661,95

LOTE 7 = CIRCUNSCRIÇÃO VII			
Item	Localidade/endereço	Área Interna	Área Externa
7-1	Barretos Av. Centenário da Abolição, 1300	1.128,96	2.825,83
7-2	Catanduva Rua Recife, 585	3.321,35	92,70
7-3	Fernandópolis Av. Expedicionários Brasileiros, 1651	768,50	329,93
7-4	Jales Rua Nove, 1466	610,37	475,00
7-5	Jales - Arquivo Av Paulo Marcondes, 1150	294,44	0,00
7-6	José Bonifácio Av São João, 52	1.032,88	241,40
7-7	Olímpia Rua São João, 915	747,00	497,07
7-8	São José do Rio Preto Av. José Munia, 5500	3.566,74	3.702,32
7-9	Tanabi Av. Gildo Savatin, 550	744,27	63,39
7-10	Votuporanga Rua Alagoas, 2915	556,72	130,91
7-11	Votuporanga - Arquivo Rua Piauí, 3137	231,18	0,00
TOTAL		13.002,41	8.358,55

LOTE 8 = CIRCUNSCRIÇÃO VIII			
Item	Localidade/endereço	Área Interna	Área Externa
8-1	Avaré Rua Amaral Pacheco nº 1120	707,48	165,58
8-2	Bariri Av General Osório, 543	489,20	342,57
8-3	Bauru Rua Antonio Cintra Júnior, 3-11	4.189,95	7410,15
8-4	Bauru - Arquivo Geral Av Alfredo Maia s/nº	325,44	0,00
8-5	Botucatu Rua Joaquim Lyra Brandão, 147	656,33	1125,57

8-6	Botucatu - Arquivo Rua Dr Cardoso de Almeida, 1018	183,83	0,00
8-7	Garça Av. Dr. Rafael Paes de Barros, 55	631,08	86,99
8-8	Itápolis Rua Bernardino de Campos, 645	1.104,52	163,35
8-9	Itápolis Arquivo Rua Bernardino de Campos, 645(esquina Francisco com Porto)	403,16	0,00
8-10	Jaú Rua Rolando D'Amico, 121	1.105,18	493,06
8-11	Lençóis Paulista 2ª VT Rua Carlos Trecenti, 215	623,62	3557,84
8-12	Lençóis Paulista 1ª VT Rua Carlos Trecenti, 175	569,98	306,93
8-13	Marília Av. Tiradentes, 580	1.529,10	1240,90
8-14	Ourinhos Rua Paulo Sá, 565	822,81	19,83
8-15	Pedemeiras Rua José Fernandes Gil, 546	715,00	450,38
8-16	Sta Cruz do Rio Pardo Rua Carlos Rios, 178	767,45	84,70
TOTAL		14.824,13	15.447,85



ANEXO II

TERMO DE VISTORIA

Certifico sob as penas da lei que a empresa _____ inscrita no
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ/MF sob o número
_____, com sede na
_____, por
intermédio de seu representante legal, do(a) Senhor(a)
_____, infra-assinado,
portador(a) da carteira de identidade número _____, expedida
pela _____ e do cadastro de Pessoa Física
CPF/MF, sob o número _____, visitou as dependências
do prédio do(a) FT/VT _____, localizado na _____, tomando
conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços objeto do Pregão Eletrônico nº
_____, estando plenamente consciente da infraestrutura que tem a disposição e
das condições para a prestação dos serviços.

_____, ____ de _____ de 2020.

Representante da Empresa

Representante do TRT da 15ª Região

TERMO DE DISPENSA DE VISTORIA

A empresa _____, CNPJ
_____ por intermédio do(a) Senhor(a)
_____, indicado expressamente
como seu/sua representante, declara ter conhecimento do serviço a ser prestado por meio do Edital e
seus Anexos, dispensando a necessidade da vistoria “in loco” prevista no Edital do Pregão Eletrônico
nº ____/____. Declara, ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes.
Declaro que me foi dado acesso às dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região,
por meio de cláusula expressa no Edital e anexos, ao qual dispensei por ter conhecimento suficiente
para a prestação dos serviços com as informações constantes do Termo de Referência e Edital.

_____, ____ de _____ de 2020.

Representante da Empresa

ANEXO III

Formulário de Comprovação de Serviços Executados

Empresa: _____

Unidade do TRT: _____

Número do Contrato: _____ Número do Processo: _____

Data do agendamento: _____ () correio eletrônico () Telefone

Correio eletrônico: _____

Telefone: _____

Data da execução do serviços: _____

Descrição dos serviços executados (a ser preenchido pela empresa):

Nome dos funcionários da empresa que executaram o serviço:

Observações do servidor do Tribunal: _____

Local e data: _____

Identificação e assinatura do Servidor do TRT que acompanhou a execução

Identificação e assinatura do Preposto/Responsável Técnico

ANEXO IV

1. Dias e Horários de Execução

1.1 Os serviços serão executados, de acordo com cronograma a ser fornecido pela empresa ao TRT, podendo os mesmos serem realizados em sábados, domingos e feriados, previamente combinado com a administração e definido conforme a complexidade de cada área, sob a supervisão da Administração do TRT

2. Planilha de custos

2.1 O valor total do lote deve ser composto pelo valor total da somatória das aplicações semestrais, extraordinária interna e extraordinária externa.

2.2 O valor da aplicação semestral inclui o total da área interna e da área externa.

2.3 O valor da aplicação extraordinária inclui o total da área interna e da área externa.

LOTE 1 = CIRCUNSCRIÇÃO I								
Item	Localidade/endereço	Área Interna (m²)	Área Externa (m²)	Área Total (m²)	Detetização Semestral Área Total (R\$)	Detetização Extraordinária Área Total (R\$)	Sanitização Extraordinária Área Interna (R\$)	Sanitização Extraordinária Área Externa (R\$)
1-1	Americana Av Nossa Senhora de Fátima , 3000	1.439,08	740,71	2.179,79				
1-2	Amparo Av. Bernardino de Campos, 7	469,14	50,78	519,92				
1-3	Araras Praça Barão de Araras, 171 – 2º pavimento	770,12	0,00	770,12				
1-4	Atibaia Rua João Pires, 1200	1.219,85	425,83	1.645,68				
1-5	Bragança Paulista Av. dos Imigrantes, 1387	765,22	454,07	1.219,29				
1-6	Campinas - Ed.-Sede Judiciário Rua Barão de Jaguará, 901	26.381,79	355,05	26.736,84				
1-7	Campinas - Edifício Sede Adm Rua Conceição, 150	10.588,53	319,35	10.907,88				
1-8	Campinas - Anexo Barão 945 Barão de Jaguará, 945	993,30	11,98	1.005,28				
1-9	Campinas - Anexo Administrat. II (almox) Rua Ângela Signori Grigol, 05	3.663,88	7.976,12	11.640,00				
1-10	Campinas - Anexo Administrat. III (Amarais) Av. Dário Freire Meireles, 335	1.424,44	156,00	1.580,44				
1-11	Paulínia - Arquivo Betel Av. Joaquim Arico, 34	3.700,00	1.859,90	5.559,90				
1-12	Campinas - Fórum Trabalhista Av. José de Souza Campos, 422	17.133,36	2.657,77	19.791,13				
1-13	Campinas - Casa Anexa ao FT Campinas Rua Odila Maria Rocha Brito, 77	393,29	0,00	393,29				
1-14	Campo Limpo Paulista Av. Adherbal da Costa Moreira, 1055	1.196,80	221,40	1.418,20				
1-15	Capivari Rua General Osório, 1174/1188	986,52	315,13	1.301,65				
1-16	Espírito Santo do Pinhal Rua Dr. João Mendes, 126	295,92	88,15	384,07				
1-17	Hortolândia Av. Anhangüera, 252	454,00	129,50	583,50				
1-18	Indaiatuba Rua das Primaveraes, 3021	944,48	1.084,16	2.028,64				
1-19	Itapira Rua Conselheiro Dantas, 79	1.123,94	145,59	1.269,53				
1-20	Itatiba Avenida da Saudade, 584	1.505,52	1.082,18	2.587,70				
1-21	Itu Rua Santa Cruz, 533	970,59	828,30	1.798,89				
1-22	Jundiaí Rua da Padroeira, 499	3.681,33	1.173,83	4.855,16				
1-23	Leme Rua Newton Prado, 148	640,05	61,95	702,00				
1-24	Limeira Rua Henrique Jacobs, 2040	2.550,00	3.817,97	6.367,97				
1-25	Mogi Guaçu Avenida Brasil, 4801	1.064,00	4.213,47	5.277,47				

1-26	Mogi Mirim Rua Luiz Gonzaga Guerreiro, 80	685,00	666,10	1.351,10				
1-27	Paulínia Av dos Expedicionários, 1500	1.695,93	530,62	2.226,55				
1-28	Piracicaba Rua João Pedro Correa, 810	2.005,35	5.959,84	7.965,19				
1-29	Rio Claro Avenida Cidade Judiciária, 289	1.067,23	9.473,16	10.540,39				
1-30	Salto Rua José Galvão, 196	861,00	279,87	1.140,87				
1-31	Santa Bárbara D'Oeste Rua General Osório, 83	878,70	396,70	1.275,40				
1-32	São João da Boa Vista Rua Luis Previeiro, 91	633,12	1.152,15	1.785,27				
1-33	Sumaré Rua Ernesto Barijan, 645	987,30	1.168,97	2.156,27				
TOTAL		93.168,78	47.796,60	140.965,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 0,00			

LOTE 2 = CIRCUNSCRIÇÃO II								
Item	Localidade/endereço	Área Interna (m²)	Área Externa (m²)	Área Total (m²)	Dedetização Semestral Área Total (R\$)	Dedetização Extraordinária Área Total (R\$)	Sanitização Extraordinária Área Interna (R\$)	Sanitização Extraordinária Área Externa (R\$)
2-1	Capão Bonito Rua Rafael Machado Neto, 328	700,22	742,31	1.442,53				
2-2	Itanhaém Av. Rui Barbosa, 12	937,47	125,99	1.063,46				
2-3	Itapetininga Rua Quintino Bocaiuva, 784	796,84	955,95	1.752,79				
2-4	Itapeva Av Dr José Emirio de Moraes, 1070	1.432,60	439,35	1.871,95				
2-5	Itararé Rua 28 de Agosto, 375	518,93	70,38	589,31				
2-6	Piedade Rua José Batista, 152 (2º e 3º pavimentos)	635,24	105,29	740,53				
2-7	Registro Av. Clara Gianotti de Souza, 1555	732,88	918,29	1.651,17				
2-8	São Roque Rua Dr. Ângelo Menegusso, 550	960,43	1.738,24	2.698,67				
2-9	Sorocaba Rua Ministro Coqueijo Costa, 61	2.314,38	2.102,00	4.416,38				
2-10	Tatui Rua José Bonifácio, 170	1.205,01	795,61	2.000,62				
2-11	Tietê Rua do Comércio, 511	774,92	76,38	851,30				
TOTAL		11.008,92	8.069,79	19.078,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 0,00			

LOTE 3 = CIRCUNSCRIÇÃO III								
Item	Localidade/endereço	Área Interna (m²)	Área Externa (m²)	Área Total (m²)	Dedetização Semestral Área Total (R\$)	Dedetização Extraordinária Área Total (R\$)	Sanitização Extraordinária Área Interna (R\$)	Sanitização Extraordinária Área Externa (R\$)
3-1	Aparecida Av. Padroeira do Brasil 437	623,08	132,25	755,33				
3-2	Caçapava Rua Treze de Maio, 40 (salas 15 a 28)	608,40	45,87	654,27				
3-3	Caraguatatuba Av. Presciliana de Castilho, 600	923,91	277,85	1.201,76				

3-4	Cruzeiro Rua Sebastião Vieira da Silva, 101	805,03	664,17	1.469,20				
3-5	Guaratinguetá Rua Prof. Sylvio José M. Coelho, 33 e 45	601,19	286,07	887,26				
3-6	Jacarei Av. Pensilvânia 412	1.508,00	765,30	2.273,30				
3-7	Lorena Av. Dr. Peixoto de Castro, 360	510,78	603,48	1.114,26				
3-8	Pindamonhangaba Rua Dr. Octávio Oscar C. de Souza, 85	475,97	457,06	933,03				
3-9	São José dos Campos Rua Juiz David Barrilli, 85	3.738,49	6.446,85	10.185,34				
3-10	São Sebastião Alameda Vereador Mário Olegário Leite, 55	413,54	29,25	442,79				
3-11	Taubaté Av. Brigadeiro José Vicente de Faria Lima, s/nº	2.157,74	0,00	2.157,74				
3-12	Ubatuba Av. Rio Grande do Sul, 691	504,42	68,81	573,23				
TOTAL		12.870,55	9.776,96	22.647,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 0,00			

LOTE 4 = CIRCUNSCRIÇÃO IV								
Item	Localidade/endereço	Área Interna (m²)	Área Externa (m²)	Área Total (m²)	Dedetização Semestral Área Total (R\$)	Dedetização Extraordinária Área Total (R\$)	Sanitização Extraordinária Área Interna (R\$)	Sanitização Extraordinária Área Externa (R\$)
4-1	Araraquara Av. José Bonifácio, 176	3.826,16	319,21	4.145,37				
4-2	Batatais Av. General Osório, 294	773,00	637,51	1.410,51				
4-3	Bebedouro Rua Dr. Oscar Werneck, 634	751,47	521,57	1.273,04				
4-4	Cajuru Rua Coronel Manoel Caetano, 181	1.032,27	79,74	1.112,01				
4-5	Cravinhos Av. Fagundes, 196	1.354,57	103,18	1.457,75				
4-6	Franca Rua Frei Germano, 2310	1.633,83	427,55	2.061,38				
4-7	Ituverava Praça Deputado Hêlvio Nunes da Silva, 226	637,18	376,33	1.013,51				
4-8	Jaboticabal Rua José Bonifácio, 497	1.086,75	1.523,11	2.609,86				
4-9	Matão Rua Jundiá, 1270	462,81	506,08	968,89				
4-10	Mococa Praça Marechal Deodoro, 66	448,48	109,00	557,48				
4-11	Morro Agudo Rua das Margaridas, 119	409,05	81,65	490,70				
4-12	Orlândia Av. Quatro, 290	555,60	105,20	660,80				
4-13	Pirassununga Av. Padre Antonio Vann Ess, 1241	497,04	1.307,38	1.804,42				
4-14	Porto Ferreira Av. Júlio de Oliveira Dorta, 950	1.446,43	1.085,06	2.531,49				
4-15	Ribeirão Preto-FT Rua Afonso Taranto, 105	4.588,82	3.880,11	8.468,93				
4-16	São Carlos Rua José Bonifácio, 888	1.652,40	87,55	1.739,95				
4-17	São Joaquim da Barra Rua Voluntário Geraldo, 1636	511,42	292,31	803,73				
4-18	São José do Rio Pardo Rua Coronel Marçal, 70	606,65	49,07	655,72				

4-19	Sertãozinho Rua Antonio Seron, 254	2.479,02	290,31	2.769,33				
4-20	Taquaritinga Av. Vicente José Parise, 1380	725,00	287,97	1.012,97				
TOTAL		25.477,95	12.069,89	37.547,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 0,00			

LOTE 5 = CIRCUNSCRIÇÃO V								
Item	Localidade/endereço	Área Interna (m²)	Área Externa (m²)	Área Total (m²)	Dedetização Semestral Área Total (R\$)	Dedetização Extraordinária Área Total (R\$)	Sanitização Extraordinária Área Interna (R\$)	Sanitização Extraordinária Área Externa (R\$)
5-1	Andradina Rua Corumbá, 901	653,38	546,62	1.200,00				
5-2	Araçatuba	1.507,84	415,10	1.922,94				
5-3	Birigüi Av. Yuseff Ismail Mansour, 300	658,03	161,76	819,79				
5-4	Lins Rua Val de Palmas, 168	734,28	157,49	891,77				
5-5	Penápolis Pça. Dr. Carlos Sampaio Filho, 25	516,34	253,18	769,52				
TOTAL		4.069,87	1.534,15	5.604,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 0,00			

LOTE 6 = CIRCUNSCRIÇÃO VI								
Item	Localidade/endereço	Área Interna (m²)	Área Externa (m²)	Área Total (m²)	Dedetização Semestral Área Total (R\$)	Dedetização Extraordinária Área Total (R\$)	Sanitização Extraordinária Área Interna (R\$)	Sanitização Extraordinária Área Externa (R\$)
6-1	Adamantina Avenida Rio Branco, 1939	1.054,78	740,71	1.795,49				
6-2	Assis Rua Walter Antonio Fontana, 625	1.749,20	474,80	2.224,00				
6-3	Dracena Rua Santos Dumont, 520	782,20	427,80	1.210,00				
6-4	Presidente Prudente Avenida Quatorze de Setembro, 1080	3.750,27	1.196,97	4.947,24				
6-5	Presidente Venceslau Rua General Osório, 37	609,63	475,45	1.085,08				
6-6	Rancharia Av. Pedro de Toledo, 919-929	642,79	242,70	885,49				
6-7	Teodoro Sampaio Rua Alberto Amador, 774	912,61	757,76	1.670,37				
6-8	Tupã Rua Nhambiquaras, 604	728,03	345,76	1.073,79				
TOTAL		10.229,51	4.661,95	14.891,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 0,00			

LOTE 7 = CIRCUNSCRIÇÃO VII								
Item	Localidade/endereço	Área Interna (m²)	Área Externa (m²)	Área Total (m²)	Dedetização Semestral Área Total (R\$)	Dedetização Extraordinária Área Total (R\$)	Sanitização Extraordinária Área Interna (R\$)	Sanitização Extraordinária Área Externa (R\$)
7-1	Barretos Av. Centenário da Abolição, 1300	1.128,96	2.825,83	3.954,79				
7-2	Catanduva Rua Recife, 585	3.321,35	92,70	3.414,05				

7-3	Fernandópolis Av. Expedicionários Brasileiros,1651	768,50	329,93	1.098,43				
7-4	Jales Rua Nove, 1466	610,37	475,00	1.085,37				
7-5	José Bonifácio Av São João, 52	1.032,88	241,40	1.274,28				
7-6	Olimpia Rua São João, 915	747,00	497,07	1.244,07				
7-7	São José do Rio Preto Av. José Munia, 5500	3.566,74	3.702,32	7.269,06				
7-8	Tanabi Av. Gildo Savatin, 550	744,27	63,39	807,66				
7-9	Votuporanga Rua Alagoas, 2915	556,72	130,91	687,63				
TOTAL		12.476,79	8.358,55	20.835,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 0,00			

LOTE 8 = CIRCUNSCRIÇÃO VIII								
Item	Localidade/endereço	Área Interna (m²)	Área Externa (m²)	Área Total (m²)	Detetização Semestral Área Total (R\$)	Detetização Extraordinária Área Total (R\$)	Sanitização Extraordinária Área Interna (R\$)	Sanitização Extraordinária Área Externa (R\$)
8-1	Avaré Rua Amaral Pacheco nº 1120	707,48	165,58	873,06				
8-2	Bariri Av General Osório, 543	489,20	342,57	831,77				
8-3	Bauru Rua Antonio Cintra Júnior, 3-11	4.189,95	7410,15	11.600,10				
8-4	Botucatu Rua Joaquim Lyra Brandão, 147	656,33	1125,57	1.781,90				
8-5	Garça Av. Dr. Rafael Paes de Barros, 55	631,08	86,99	718,07				
8-6	Itápolis Rua Bernardino de Campos, 645	1.104,52	163,35	1.267,87				
8-7	Jaú Rua Rolando D'Amico, 121	1.105,18	493,06	1.598,24				
8-8	Lençóis Paulista 2ª VT Rua Carlos Trecenti, 215	623,62	3557,84	4.181,46				
8-9	Lençóis Paulista 1ª VT Rua Carlos Trecenti, 175	569,98	306,93	876,91				
8-10	Marília Av. Tiradentes, 580	1.529,10	1240,90	2.770,00				
8-11	Ourinhos Rua Paulo Sá, 565	822,81	19,83	842,64				
8-12	Pederneiras Rua José Fernandes Gil, 546	715,00	450,38	1.165,38				
8-13	Sta Cruz do Rio Pardo Rua Carlos Rios, 178	767,45	84,70	852,15				
TOTAL		13.911,70	15.447,85	29.359,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 0,00			

ANEXO V

MODELO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Eu, (nome completo), (título profissional), devidamente registrado e habilitado no conselho (nome do conselho do profissional/UF), sob o número (número), DECLARO para todos os efeitos legais, ser o Responsável Técnico pelo acompanhamento dos serviços de _____

_____, conforme as exigências constantes no Edital.

(DATA)
(ASSINATURA)
(n° registro)

ANEXO VI

ACOMPANHAMENTO INSTRUMENTO MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

1. O Instrumento de Medição de Resultados (nomenclatura da IN 05/2017 do MPDG para o Acordo de Nível de Serviço) é baseado em um Fator de Qualidade (%), que consiste em um indicador percentual obtido como resultado de avaliações periódicas executadas por servidor indicado como Fiscal do Contrato e busca incluir critério para medir a performance para os serviços contratados;
2. A meta a ser atingida pelas empresas é de 100%, isto é, espera-se que a empresa obtenha o Fator de Qualidade = 100% para que receba integralmente a remuneração pelos serviços contratados;
3. A Faixa de Ajuste no Pagamento Mensal indicada como Fator de Qualidade-FQ será obtida por meio da nota obtida na avaliação mensal efetuada pelo servidor responsável e será aplicada conforme segue: $VF = VS \times FQ$ VF: Valor de Fatura (parte referente apenas ao serviço de Limpeza); VS: Valor do Serviço (referente ao valor contratado para o serviço); FQ: Fator de Qualidade (%) = Faixas de Ajuste no pagamento mensal
4. Para aferição da qualidade da execução do objeto contratado, as partes convencionam o seguinte IMR – Instrumento de Medição de Resultados: Pontualidade no cumprimento dos prazos no atendimento dos serviços de controle de pragas urbanas, compreendendo: agendamento prévio e a data da execução dos serviços na respectiva Unidade onde os serviços foram executados.
5. Anexo à nota fiscal referente à execução do serviço deverá ser encaminhada a planilha referente ao IMR, conforme Anexo VI.

Indicador 1	Pontualidade no cumprimento dos prazos para aplicações semestrais		
Finalidade	Garantir a realização tempestiva dos serviços contratados conforme Termo de Referência e Edital		
Meta a cumprir	Executar os serviços contratados dentro dos prazos estipulados no cronograma a ser aprovado junto à Fiscalização Administrativa		
Instrumento de Medição	Registro de cada ocorrência em planilha própria		Registro de Ocorrência pelo Fiscal Setorial
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento da execução do contrato pelo fiscal/gestor		Data Agendada
Periodicidade	Semestral		Data Execução
Mecanismo de cálculo	nº de dias de atraso		Nº dias de Atraso
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	- 0 (zero) dias de atraso = 100% (cem por cento); - até 02 (dois) dias de atraso = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento); - de 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso = 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento); - de 6 (seis) a 8 (oito) dias de atraso = 99,00% (noventa e nove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento);		Faixa de Ajuste
Sanções	Acima de 8 (oito) horas de atraso, conforme cláusula contratual de sanções.		

Indicador 2	Pontualidade de atendimento de Aplicações Extraordinárias		
Finalidade	Garantir atendimento aos chamados para aplicação extraordinária		
Meta a cumprir	1. Atendimento em até 2 (dois) dias corridos, contados a partir do chamado, para: a) A aplicação contra ataque de escorpiões a ser executada mediante solicitação do TRT; b) A aplicação visando a eliminação de insetos, baratas, ratos, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações; c) na correção de falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo de garantia; 2. Atendimento em até 6 (seis) horas corridas para sanitização, contados a partir do chamado. a) Em situações de ataques maciços de pragas e insetos; b) Na necessidade de sanitização.		
Instrumento de Medição	Registro de cada ocorrência em planilha própria, por hora de atraso		Registro de Ocorrência pelo Fiscal Setorial
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento da execução do contrato pelo fiscal/gestor		Data e Hora Chamado
Periodicidade	Por solicitação de aplicação extraordinária		Data e Hora Chegada no Prédio
Mecanismo de cálculo	Serão contados e somados os minutos inteiros que excederem o prazo de 30 minutos, para cada chamado de emergência ocorridos no mês.		Nº Horas de Atraso
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	- 0 (zero) hora = 100% (cem por cento); - até 6 (seis) horas = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento); - de 6 (seis) a 12 (doze) horas = 99,50% (noventa e nove inteiros e cinquenta décimos por cento); - de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) horas = 99,00% (noventa e nove inteiros por cento).		Faixa de Ajuste
Sanções	Acima de 24 (vinte e quatro) horas de atraso, conforme cláusula de sanções.		

Indicador 3	Disponibilização de Informações sobre o Serviço Prestado para a Unidade do TRT 15ª Região
-------------	---

Finalidade	Nos locais onde houver a aplicação do produto deverão ser afixadas informações sobre a data de colocação do produto, o produto utilizado, toxicologia, data de validade do lote, telefone do centro de informação toxicológica e dados da empresa: nome, endereço, telefone, CNPJ.		
Meta a cumprir	Disponibilizar formulário contendo informações detalhadas sobre o serviço prestado.		
Instrumento de Medição	Registro de cada ocorrência em planilha própria, por aplicação		Registro de Ocorrência pelo Fiscal Setorial
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento da execução do contrato pelo fiscal/gestor		Data e Hora Chamado
Periodicidade	Por cada aplicação realizada.		Data e Hora Chegada no Prédio
Mecanismo de cálculo	Por cumprimento da obrigação, apresentando formulário para o diretor da Unidade.		Nº Horas de Atraso
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	- Formulário apresentado = 100% (cem por cento); - Formulário apresentado após cobrança expressa do gestor = 99,00% (noventa e nove por cento); - Formulário não apresentado = 98,00% (noventa e oito por cento);		Faixa de Ajuste
Sanções	Conforme cláusula de sanções, aplicadas além da Faixa de Ajuste no Pagamento.		